AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 39 | Nº 09 | SETEMBRO 2019 | R$ 15,00



AS OPINIÕES DA MINISTRA TEREZA CRISTINA

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

ENTENDA POR QUE BOA PARTE DAS USINAS SUCROALCOOLEIRAS FALHOU

É POSSÍVEL INTENSIFICAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SEM DESMATAMENTO

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA (SRB) COMEMORA 100 ANOS

Sicredi.
Investimentos com propósito.



Em um mundo cada vez mais colaborativo, queremos unir pessoas com os mesmos propósitos.

Aqui no Sicredi a gente entende que as melhores escolhas são aquelas que trazem resultados para todos. Temos 4 milhões de associados e oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros de um jeito simples e próximo para você, para a sua empresa e para o seu agronegócio. Contamos com um portfólio diversificado de produtos, atendendo diferentes perfis de investidores. Administramos mais de R$ 107 bilhões, o que faz do Sicredi um dos maiores gestores de recursos do Brasil. **Seja qual for o seu perfil, nós temos o investimento que você procura.**

Invista no Sicredi *e conte com a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil.*

SAC - 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala** - 0800 724 0525. **Ouvidoria** - 0800 646 2519.
Sicredi Fone - 3003 4770 - Capitais e Regiões Metropolitanas (custo de uma ligação local) / 0800 724 4770 - Demais Regiões
sicredi.com.br

Sicredi

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Twitter: @agroanalysis
Instagram: /fgv.agroanalysis
Facebook: /fgv.agroanalysis

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PERCEPÇÃO E REALIDADE DAS QUEIMADAS E DO DESMATAMENTO

OS AVANÇOS da reforma previdenciária no Congresso Nacional representaram um importante avanço para a economia brasileira em 2019. O déficit do sistema cresceu com muita força ao longo dos últimos anos. Para 2019, as projeções apontam para um resultado negativo da ordem de R$ 190 bilhões. É relevante frisar que esse déficit incorpora apenas o sistema previdenciário do setor privado. Se for incorporado o lado da área pública, esse número aumenta de forma considerável. As perspectivas são ainda mais sombrias se considerarmos que a população envelhece num contexto de queda da taxa de natalidade. A ***Agroanalysis*** acredita na aprovação da reforma da previdência até o final do ano. Com isso, o dólar deverá recuar para um nível inferior ao atual.

Em fins de 2018, consolidou-se, em boa parte dos economistas, a percepção de que, em 2019, a partir da aprovação da reforma da previdência, a retomada da economia brasileira seria mais robusta. Até o momento, a realidade dos fatos mostra-se bem diferente. Fica cada vez mais evidente que a economia não está se recuperando e que as expectativas de crescimento econômico são pífias. Tudo isso apesar de a taxa de juros Selic situar-se no seu menor patamar desde que o real foi implementado, em junho de 1994. Ainda elevado, o grau de endividamento dos agentes privados limita suas capacidades de consumo e investimento.

Na mídia internacional, circula uma profusão de notícias sobre o aumento da queimada e o desmatamento na Amazônia. Predominante ilegal, essa prática criminosa ganhou espaço com a intensa seca registrada neste ano. Com a demora do Governo em captar a importância desse quadro, a percepção da realidade dos fatos recai sobre o agronegócio brasileiro, que possui liderança em escala global. Há o risco de o setor sofrer boicotes e restrições comerciais de países importadores.

A ***Agroanalysis*** traz um artigo que apresenta os resultados de a produção da Fazenda Roncador – que fica no município de Querência-MT – ter mudado o seu sistema de produção passando a adotar práticas de baixa emissão de carbono. Como consequência, foi possível aumentar a produtividade sem a necessidade de expandir as áreas de produção, ou seja, sem desmatar. Além disso, a carne produzida pela Fazenda possui um saldo positivo na captura de carbono.

No destaque de capa, tem-se a entrevista com a ministra Tereza Cristina do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Trata-se de uma personalidade de ampla aceitação dentro e fora do mundo da agricultura. Nesses primeiros meses do novo governo, com propostas liberais, manifestou posições lúcidas e balanceadas nos mais diferentes assuntos. Montou comitivas e preparou agendas para viagens de negociações internacionais com empresários privados e autoridades governamentais. Liderou os debates e introduziu propostas interessantes no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020. Agora, trabalha para a elaboração de um plano de comunicação internacional do agro.

Quanto ao setor sucroenergético nacional, um artigo explica o quadro atual da situação financeira de muitas usinas que estão em recuperação judicial ou que decretaram falência. O controle de preços que perdurou principalmente na primeira metade desta década prejudicou em muito essa cadeia. Tal política tirou cerca de R$ 70 bilhões de renda das empresas. Em acréscimo a isso, as baixas margens, a má gestão e os altos níveis de endividamento são os ingredientes perfeitos para a tragédia

econômica das usinas. Agora, o programa RenovaBio enche o mercado de esperanças para um futuro positivo.

Em matéria especial, o destaque vai para a Sociedade Rural Brasileira (SRA), pela comemoração do seu primeiro centenário neste ano. A entidade acompanhou os efeitos da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais e a bipolaridade política da Guerra Fria sobre a agricultura brasileira, principalmente na primeira metade do século passado. Participou do surgimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e viu a tecnologia da produção agropecuária chegar ao Cerrado. Sempre defendeu o Estado de direito, o direito à propriedade e a democracia. Participou da Assembleia Constituinte de 1988 e esteve presente durante a formulação do Plano Real para a estabilidade econômica do País, nos embates comerciais na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na aprovação do Código Florestal. A entidade segue com pauta atual para o agro crescer e acessar mercados internos e externos.

Para terminar, tem-se dois registros sobre fatos relevantes para o agronegócio nacional. O primeiro vem da Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, cuja constitucionalidade está em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), o que gera insegurança jurídica e configura um sério problema discutido pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC). O segundo relaciona-se ao trabalho pioneiro e inovador realizado pelo Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB) com o programa Desafio Nacional de Máxima Produtividade de Soja, que serve de exemplo para outras cadeias produtivas. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 CAPA ENTREVISTA
TEREZA CRISTINA
É PRECISO COMUNICAR A SUSTENTABILIDADE DO AGRO BRASILEIRO

10 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
AVANÇOS E FRUSTRAÇÕES

13 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 ACORDO COM A UNIÃO EUROPEIA DEVE IMPULSIONAR A AGROINDÚSTRIA

19 A IMPORTÂNCIA DA COLETA DE DADOS NA AQUICULTURA

21 CAPA A CRISE FINANCEIRA DAS USINAS SUCROALCOOLEIRAS

25 POLÍTICA AGRÍCOLA

25 POLÍTICAS DE CRÉDITO PODEM INCENTIVAR BOAS PRÁTICAS NA AMAZÔNIA LEGAL

27 GESTÃO

27 CAPA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA PODE SER SUSTENTÁVEL?

29

SRB Sociedade Rural Brasileira FUNDADA EM 1919 | 100 ANOS

CAPA 100 ANOS DE SRB
PROTAGONISTA NO AGRO E NA HISTÓRIA DO BRASIL

34



ANEC
O AGRO E O MEIO AMBIENTE

23 INMED
AQUAPONIA INMED: CULTIVANDO UMA NOVA GERAÇÃO DE AGRICULTORES

38 CONGRESSO AVAG
O MAIOR DO MUNDO PROJETA CRESCER ATÉ 2020

44 CESB
A HISTÓRIA ANTES E DEPOIS DA SOJA

48 FAESP
SEGURANÇA NO CAMPO

49 ANDEF
DEMOCRACIA NO ACESSO AOS ALIMENTOS

50 DIÁRIO DE BORDO
UMA REDE NACIONAL DE PESQUISA PARA O CAMPO

51 PRODUZIR
A RELAÇÃO MEIO AMBIENTE-SUSTENTABILIDADE

52 OPINIÃO
MISSÃO CHINA: UM AVANÇO PARA O AGRONEGÓCIO PAULISTA

53 REFLEXÃO
O AGRO REQUER COMUNICAÇÃO UNIFICADA

50 ESTATÍSTICA

É PRECISO COMUNICAR A SUSTENTABILIDADE DO AGRO BRASILEIRO

TEREZA CRISTINA
Ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Da Redação

A ministra comenta assuntos atuais de grande importância para o agronegócio brasileiro, como: a crise comercial entre os Estados Unidos e a China; o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020; a celebração do acordo entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) e de outros pactos previstos para os próximos anos; e a necessidade de mostrar a sustentabilidade do agro.

ENGENHEIRA-AGRÔNOMA E empresária rural, Tereza Cristina ocupa o cargo de ministra do MAPA. Em 2015, foi eleita deputada federal pelo estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido reeleita para o período de 2019 a 2022. Antes de chegar à Câmara, Tereza Cristina foi titular da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo do governo do mesmo estado de 2007 a 2014. Ocupou a presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que reúne 257 deputados federais e senadores. É considerada como uma pessoa que reúne técnica, experiência e boa articulação política.


UESLEI MARCELINO/REUTERS

AGROANALYSIS: COMO ENCARAR A GUERRA COMERCIAL ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A CHINA?

TEREZA CRISTINA: Devemos ter uma posição estratégica de permanecermos neutros na guerra comercial entre as duas maiores potências econômicas mundiais que são os Estados Unidos e a China. Enquanto eles discutem as suas diferenças, precisamos manter boas relações e fluxos comerciais com ambos. O melhor caminho a ser seguido consiste na busca de levar os produtos agrícolas brasileiros para o maior número possível de mercados. Embora não seja ministra do Ministério das Relações Exteriores, sou da opinião de que devemos ficar fora dessa briga.

Esses dois países são negociadores duros. Fica difícil e parece um tanto prematuro para traçar qualquer previsão sobre o resultado das conversas entre eles. O Brasil não seria capaz de substituir totalmente os EUA como fornecedor de alimentos para a China. Ainda é cedo para fazer projeções sobre as possíveis alterações na demanda por conta da guerra comercial. A nossa possibilidade fica no campo de avaliar o impacto desses desdobramentos sobre o cenário global do agronegócio. A produção excedente

> **“SE EXPORTAMOS ALIMENTOS PARA MAIS DE 160 PAÍSES, É PORQUE OFERECEMOS SEGURANÇA AOS CONSUMIDORES.”**

nacional alimenta 1,2 bilhão de pessoas em todo o mundo.

CELEBRAMOS O ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UE?

TC: Passamos dezenove anos em negociação. O acordo entre os dois blocos pegou de surpresa muita gente. Foi uma boa caminhada, apesar dos ajustes que ainda precisam ser feitos. Teremos pela frente um processo para aprovar esse pacto comercial entre os quatro países do MERCOSUL e os 27 países-membros da UE. Aqui no Brasil, precisaremos debater com o Legislativo o melhor momento para aprovar o documento. Haverá ganhos dos dois lados, mas haverá cadeias produtivas sensíveis, como a de lácteos nacional. Estamos diante de um ciclo de acordos em formatação com os Estados Unidos, a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês), o Canadá, a Coreia do Sul, Cingapura, entre outros.

A AGENDA DE VIAGENS INTERNACIONAIS INTENSIFICA-SE?

TC: Ainda no primeiro semestre, montamos uma comitiva com autoridades governamentais e executivos da iniciativa privada para realizar uma viagem ao continente asiático com fins comerciais. Escolhemos os países interessados em fazer negócios com o Brasil. No Vietnã, com uma população de 100 milhões de habitantes, vimos uma oportunidade para exportar bovinos e importar camarões de pesca no mar. No Japão, conversamos com empresários interessados em investir em infraestrutura no território nacional, enquanto, na Indonésia, tratamos sobre a venda de carne bovina e a compra de frutas.

Para o governo chinês, apresentamos a lista com os nomes de trinta frigoríficos brasileiros indicados a exportar para o país, apesar de a aduana chinesa ter solicitado a escolha de vinte empresas. Atualmente, estão habilitados dezesseis exportadores de carne bovina, nove de carne suína mais trinta e cinco de carne de aves. Não há data para responder quais e quantos serão os novos habilitados. De qualquer forma, conseguimos encaminhar as solicitações e, agora, aguardaremos os exames deles.

ENTRAMOS NA SAFRA 2019/20?

TC: Formulamos o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020 de forma muito similar aos anteriores. O nosso esforço é dar ao produtor previsibilidade na hora de tomar crédito. Precisamos caminhar para um modelo permanente. Como ficou muito grande, o agronegócio brasileiro precisa de uma política agrícola definida. Não dá para o produtor ficar, a cada temporada, preocupado com a taxa de juro e a subvenção. Procuramos fazer um plano moderno e atrativo, que servirá de degrau para o PAP da safra 2020/21.

Como o orçamento estava apertado, demos prioridade para os pequenos e os médios produtores e deixamos uma parcela menor para os grandes. Como sinal para o futuro, privilegiamos a subvenção para o seguro rural. Estamos numa fase de transição, com redução no crédito rural a taxa de juros controlados e transferência de recursos do mercado de capitais para empréstimos a taxa de juros livres. Esse desmame da dependência da agricultura não pode ser feito de forma abrupta.

A MÍDIA DENUNCIA UM AUMENTO NO REGISTRO DE DEFENSIVOS?

TC: Criticamos as notícias que colocam a produção do alimento brasileiro como insegura e destacamos que o uso sustentável de recursos naturais no País deve ser reconhecido. Temos a convicção de estar cumprindo da melhor maneira os nossos esforços em benefício do nosso País. O fato de a fila de registros dos defensivos andar mais rápido traz tecnologia e segurança. O objetivo é justamente aprovar novas moléculas, com menores toxidade e impacto sobre o meio ambiente, de modo a oferecer alternativas melhores aos produtos mais antigos.

Na verdade, isso significa ganhos de eficiência em função das medidas desburocratizantes implementadas pelo MAPA, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nos últimos anos. O processo de autorização de produtos no mercado segue normas rígidas acompanhadas por técnicos competentes. A única mudança foi a celeridade. O Brasil está muito atrasado em relação a outros países. Se exportamos alimentos para mais de 160 países, é porque oferecemos segurança aos consumidores.

A DEMANDA POR ALIMENTOS É CRESCENTE NO MUNDO?

TC: De fato, segue vivo o desafio de aumentar a produção de alimentos para atender a demanda crescente de alimentos no mundo. Nos próximos dez anos, o consumo aumentará 35%. A previsão da população mundial para 2030 aponta


MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

“O MAPA TRABALHA COM FOCO FIRME NO TEMA AMBIENTAL PARA ABRIR, E NÃO REDUZIR, MERCADOS AOS NOSSOS PRODUTOS.”

para 8,5 bilhões de pessoas. Tudo isso acontece junto à intensificação do processo de urbanização, da longevidade da vida e da melhoria de renda. A agricultura deve responder a esses cenários. Estamos diante da necessidade de o País fazer a preparação para antecipar e modelar futuros possíveis para o agro brasileiro e mundial.

O recente acordo entre o MERCOSUL e a UE, por exemplo, abre um vasto conjunto de oportunidades para as cadeias produtivas. Não podemos perder a oportunidade de não perder essa oportunidade. Os Estados Unidos e a China devem seguir como protagonistas e forças globais predominantes ao longo da próxima década. Já a economia japonesa terá de superar, sobretudo, as fortes pressões demográficas, enquanto a Índia, em função de questões geopolíticas e domésticas, precisará desdobrar-se para se colocar como uma potência mundial.

E A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NO BRASIL?

TC: Para o Brasil, cabe ampliar a sua capacidade de produção com ganhos de produtividade. Isso aumentará a sua competitividade no comércio internacional. É importante mostrar o tamanho da sustentabilidade brasileira em comparação à de outros países do mundo. O MAPA trabalha com foco firme no tema ambiental para abrir, e não reduzir, mercados aos nossos produtos. Em suas propriedades rurais, os produtores precisam cumprir as regras de um Código Florestal extremamente rigoroso. A expansão de área de produção, daqui para frente, dar-se-á pelo avanço das lavouras de grãos sobre pastagens degradadas. Essas realidades precisam ser conhecidas e reconhecidas aqui e no exterior.

Conforme um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), confirmado pela Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (NASA, na sigla em inglês), do território nacional, cultivamos apenas 7,8%, e cerca de 30% são Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs). O Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que a região da América Latina e do Caribe possui a maior área protegida do mundo: quase 5,00 milhões de quilômetros quadrados. Cerca de metade está no Brasil – país com o maior sistema de terras protegidas do mundo –, com 2,47 milhões de quilômetros quadrados.

ENTRAMOS NO CAMPO DA TECNOLOGIA DE PONTA?

TC: É evidente que sim. A competitividade virá de diversas praticas. Podemos começar pelas técnicas de edição genômica (New Breeding Technologies – NBT, na sigla em inglês). Desenvolveremos a bioeconomia, como o uso intensivo de bioinsumos, química verde, fármacos e compostos bioativos, derivação da biomassa. Intensificaremos o uso sustentável dos recursos naturais, com a redução do desperdício de alimentos. Aprimoraremos a gestão de risco climático e a capacidade de agregar valor à produção. Já podemos sentir a chegada e o potencial de avanço da agricultura digital, que movimentará US$ 90 bilhões em 2030, seguindo uma tendência de crescimento de 16% ao ano.

Assistimos ao crescente uso de sensores, *drones*, internet das coisas, inteligência artificial e análise de dados. Tudo isso acompanhado do estudo e do conhecimento aprofundado dos microbiomas, da agricultura de precisão e da convergência tecnológica (bio, nano e geotecnologias). No setor agrícola, vemos o aumento do número e o crescimento em participação das chamadas *agritechs* (*start-ups* ligadas ao agro). Esse conjunto amplia a competitividade, a sustentabilidade e a produtividade no campo. Com tecnologias de ponta, o Brasil será o maior produtor sustentável de alimentos do mundo em 2030. ■

FRASES & COMENTÁRIOS

"Defendemos uma campanha para mostrar que o Brasil é uma potência agrícola séria e rebater narrativas que podem nos prejudicar comercialmente."

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

"O levantamento de atos normativos ultrapassados ajuda a identificar pontos sem necessidade de normatização e que o próprio setor pode regular."

JOSÉ GUILHERME LEAL, secretário da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA)

"Assim como os medicamentos baseados em produtos químicos, tudo depende da maneira como os produtos são utilizados e as doses aplicadas para definir se será remédio ou veneno."

JONADAN MA, presidente da Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação (FEBRAPDP), referindo-se aos defensivos agrícolas



©FAO/ALESSANDRA BENEDETTI

"**As questões sanitárias e fitossanitárias dos produtos alimentícios podem ser e vêm sendo motivo de debates nesse ambiente comercial cercado de desafios.**"

"**O trabalho do Codex Alimentarius visa intensificar ainda mais a elaboração de normas e diretrizes no negócio internacional de alimentos.**"

"**O objetivo é dar mais solidez para as atividades leais de comércio relacionadas aos aspectos de sanidade, qualidade e nutrição alimentar.**"

GUILHERME COSTA, adido agrícola do MAPA em Bruxelas (Bélgica) e presidente do Codex Alimentarius

"O Selo Arte representa a emancipação do pequeno produtor artesanal, pois este poderá vender a sua produção em todo o território nacional."

FERNANDO CAMARGO, secretário da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI/MAPA)

"Essa certificação [o Selo Arte], prática comum na Itália, na França e na Espanha, valoriza os produtos das pequenas famílias de produtores."

ORLANDO MELO DE CASTRO, diretor do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas do MAPA

"Um bom exemplo é o queijo da Canastra – produzido há mais de duzentos anos em Minas Gerais –, que poderá chegar às redes de varejo de todo o Brasil."

JOÃO CARLOS LEITE, presidente da Associação dos Produtores de Queijo da Canastra (APROCAN)



“É claro que há interesses externos nas críticas às questões ambientais brasileiras. Do ponto de vista de quem nos vê, de fora para dentro, como concorrentes, isso é absolutamente natural.”

ALCEU MOREIRA, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

“A Secom está em fase final de planejamento de uma campanha internacional sobre a imagem do País. A comunicação está poluída tanto para fora, quanto para dentro.”

FABIO WAJNGARTEN, secretário da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República

“O Governo deve falar sobre os métodos e os processos para vigiar a Amazônia para valer, fazer grande ruído e mostrar isso para o mundo.”

ROBERTO BRANT, presidente do Instituto CNA, braço da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“

Para termos agronegócio, precisamos de terra e água. Água temos com o ciclo natural de chuvas, para o qual precisamos de florestas. Uma coisa é intrínseca à outra. O maior peso sobre o setor está na questão do desmatamento.”

“A maioria dos empresários do agronegócio já entendeu que o setor está ligado de modo irreversível à preservação do meio ambiente, tanto pela dependência de terra, quanto pela de água.”

“Quem não se enquadra na nova agenda ambiental global perde mercados no exterior.”

MARCELLO BRITO, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



SHUTTERSTOCK

AVANÇOS E FRUSTRAÇÕES

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

OS AVANÇOS da reforma previdenciária no Congresso Nacional representaram um importante avanço para a economia brasileira em 2019. De fato, o déficit do sistema previdenciário cresceu enormemente ao longo dos últimos anos, e as projeções apontam para um resultado negativo no INSS da ordem de R$ 190 bilhões em 2019. É importante ressaltar que esse déficit incorpora apenas o sistema previdenciário do setor privado. Se o resultado do sistema previdenciário público fosse incorporado a esse número, o déficit seria consideravelmente maior.

A gestão inadequada do sistema ao longo das últimas décadas, aliada à ausência de reformas de maior envergadura, levou ao atual quadro deteriorado do sistema previdenciário brasileiro. As perspectivas são ainda mais sombrias se considerarmos as mudanças demográficas pelas quais o País passa: a população brasileira está rapidamente envelhecendo em um contexto de acentuada queda da taxa de natalidade. Em outras palavras, o futuro desenha-se num quadro em que haverá cada vez mais aposentados em relação à população ativa no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a tendência do déficit do sistema previdenciário é de crescimento acelerado, sorvendo cada vez mais recursos do Governo. Nesse cenário, o setor público brasileiro terá cada vez menos capacidade de realizar investimentos em áreas essenciais para o País.

Por conta disso, a reforma da previdência se mostra essencial em um contexto de franca deterioração das contas do sistema. Em alguns anos, caso nada seja feito, a gravidade das contas públicas colocará em xeque a questão da sustentabilidade da dívida pública, aumentando consideravelmente o risco de calote desta.

A aprovação da reforma reduziu consideravelmente o risco de insolvência fiscal, e a percepção quanto às perspectivas das contas públicas brasileiras melhorou a partir disso.

No entanto, diferentemente do que muitos economistas supunham inicialmente, a aprovação da reforma, por si só, não se traduziu em uma imediata recuperação da economia brasileira.

Curiosamente, em fins de 2018, consolidou-se, em boa parte dos economistas, a percepção de que, a partir da aprovação da reforma da previdência, a retomada da economia brasileira seria mais robusta. Boa parte da fundamentação dessa lógica adivinha da aposta que essa aprovação geraria um impacto positivo sobre as expectativas dos agentes econômicos.

Nesse sentido, os avanços da reforma no âmbito do Congresso melhorariam o humor dos investidores acerca da economia brasileira, levando a um aumento dos investimentos produtivos no País. Em paralelo a isso, a aprovação da reforma teria impacto positivo sobre a confiança das famílias, gerando impacto sobre o consumo. Em síntese, segundo essa lógica, os avanços da reforma previdenciária levariam a uma melhoria das expectativas, o que se materializaria em um aumento do consumo e dos investimentos. Nessa dinâmica, haveria crescimento da produção e do emprego.

Contudo, a realidade dos fatos, até o momento, mostrou-se bem diferente desse quadro: está cada vez mais evidente que a economia brasileira não está se recuperando, e as perspectivas de crescimento econômico para 2019 são pífias.

Esse fenômeno revela contornos mais complexos que apenas aqueles relativos às expectativas dos agentes econômicos. Ainda que a aprovação da reforma da previdência tenha gerado impactos positivos nesse sentido, a sua capacidade em termos de estimular a economia brasileira tem se mostrado relativamente limitada.

De fato, esse ponto soma-se ao fato de que a taxa de juros Selic se situa no seu menor patamar desde que o real foi implementado, em junho de 1994, e que a economia esboça pouca ou nenhuma reação a esse fenômeno.

Essas evidências apontam para a direção de que a problemática é mais complexa do que aquela esboçada à primeira vista. A demanda do setor privado, apesar da melhoria nas condições de crédito e do impacto positivo da aprovação da reforma da previdência, não dá sinais de uma reação mais robusta.

Tudo indica que o grau de endividamento dos agentes privados, a despeito da sua queda recente, ainda é elevado, o que limita consideravelmente suas capacidades de consumo e investimento. ■

CONTENCIOSO CONTRA A ÍNDIA NO AÇÚCAR

O Brasil apresentou ao Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, um pedido de estabelecimento de painel no âmbito do contencioso iniciado em fevereiro último a respeito do regime de apoio ao setor açucareiro da Índia. A Austrália e a Guatemala também formalizaram o pedido.

Nos últimos anos, a Índia tem intensificado a sua política de apoio ao setor açucareiro. Desde a safra 2010/11, o governo indiano praticamente dobrou o preço mínimo a ser pago pela cana-de-açúcar. Entre as safras 2017/18 e 2018/19, o volume exportado passou de 2 milhões para 5 milhões de toneladas. Isso força de maneira substancial a depreciação no preço internacional do produto.

NOVO CRITÉRIO PARA ROTULAR AGROTÓXICOS

Usadas em pelo menos 53 países, com o endosso da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil passa a seguir as regras internacionais de classificação de agrotóxicos. Os quatro níveis atuais passam para seis. Essas informações terão de estar nos rótulos daqui a um ano: produto extremamente tóxico (faixa vermelha); produto altamente tóxico (faixa vermelha também); produto moderadamente tóxico (faixa amarela); produto pouco tóxico (faixa azul); e produto improvável de causar dano agudo (faixa azul também). Já o produto não classificado ganha uma faixa verde. Os fabricantes terão um ano para se adaptar.

BRASIL NO CODEX ALIMENTARIUS

Criado em 1963 pela FAO, o Codex Alimentarius tem 189 países-membros. A entidade é responsável por definir padrões internacionais para produção, controle, verificação e comercialização de alimentos globalmente. Guilherme Costa, adido agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foi eleito o seu presidente em 2017 e reeleito em 2018 e 2019 – uma missão importante tendo em vista a grandeza das exportações mundiais de alimentos (US$ 1,6 trilhão por ano) e o cenário de acirramento das tensões no comércio internacional.

9ª REUNIÃO DE MINISTROS DE AGRICULTURA DO BRICS

O encontro acontece neste mês, em Bonito-MS. O principal desafio do bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) é resolver tendências ao protecionismo, ao isolacionismo e ao unilateralismo. Na pauta de trabalho, estão temas como promoção da ciência, da tecnologia e da inovação, economia digital, aumento dos contatos entre o setor produtivo e projetos desenvolvidos pelo Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NDB, na sigla em inglês).

AJUDA AOS AGRICULTORES NORTE-AMERICANOS

Desde o mês passado, o governo dos Estados Unidos começou a pagar para os seus agricultores de US$ 6 a US$ 60 por hectare. Essa medida faz parte do pacote de ajuda de US$ 16 bilhões para compensar os afetados pela guerra comercial com a China. O programa abrange produtores de 29 *commodities* agrícolas, entre as quais soja, milho, trigo, sorgo e algodão. Produtores de laticínios e suínos, além de fazendas com plantio de dez safras especializadas, também são beneficiados.

Os valores das ajudas são calculados de acordo com as estimativas de danos comerciais causados pelas tarifas retaliatórias impostas pela China, antes principal compradora de muitos dos produtos agrícolas norte-americanos. Essa é a segunda rodada de assistência agrícola, depois de o presidente Donald Trump ter concedido US$ 12 bilhões no ano passado. Naquela ocasião, o objetivo foi compensar os baixos preços de produtos agrícolas e as vendas perdidas devido às disputas comerciais com a China e outras nações.

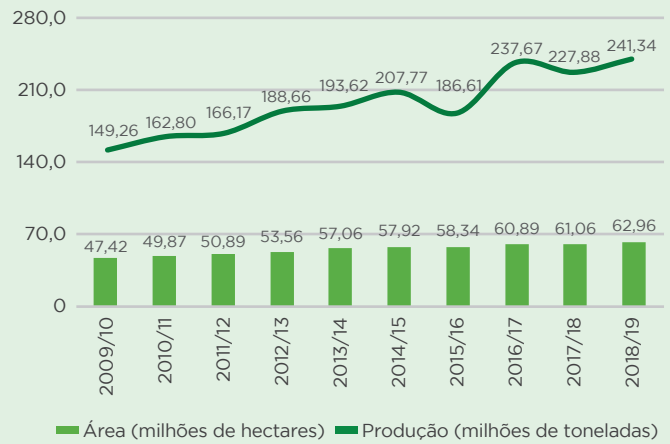
MERCADO PARA PRODUTOS ARTESANAIS

A Lei do Selo Arte – Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018 – permitiu a comercialização interestadual de produtos alimentícios produzidos de forma artesanal, com características e métodos tradicionais ou regionais próprios. Para tanto, terão de ser submetidos à fiscalização de órgãos de saúde pública dos estados e do Distrito Federal. A primeira etapa abrangerá os produtos lácteos – com benefício direto para 170 mil produtores –, seguidos pelos cárneos, pelos pescados e pela apicultura. A legislação que vigorava é dos anos 50 do século passado.

RECORDE NA SAFRA DE GRÃOS 2018/19

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aumentou pela segunda vez a estimativa de colheita recorde de grãos e fibras para a safra 2018/19. O número pode ser ainda maior porque as produtividades estão acima do previsto. Entre os principais grãos que impulsionam esse cenário, estão a soja, com 115 milhões de toneladas, e o desempenho espetacular do milho, com 98,5 milhões. Para as suas exportações, estão previstos, neste ano, 70 milhões de toneladas e 99,3 milhões respectivamente.

BRASIL: PRODUÇÃO E ÁREA PLANTADA DE GRÃOS

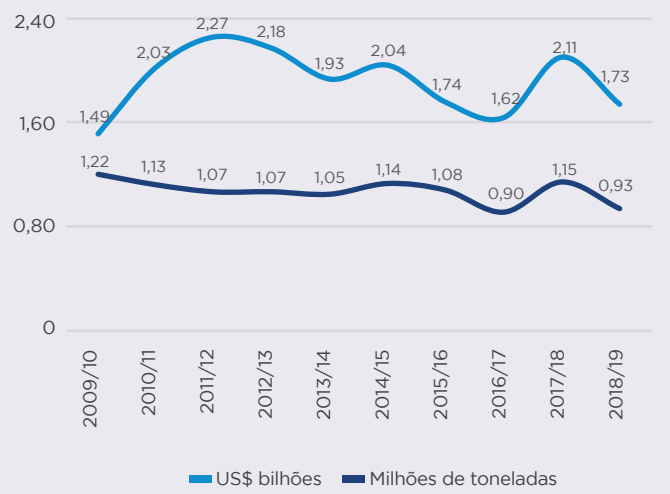


Fonte: Conab

EXPORTAÇÕES MENORES DE SUCO DE LARANJA

As exportações brasileiras totais de suco de laranja (FCOJ equivalente a 66° Brix) registraram uma queda de 20% na safra 2018/19 (julho de 2018 a junho de 2019). Essa baixa pode ser explicada, em especial, por duas variáveis. A primeira deve-se ao recuo no consumo da Europa, com a substituição por produtos concorrentes. Já a segunda decorre da recuperação da safra da Flórida, nos Estados Unidos. Na safra 2017/18, o furacão Irma devastou os pomares e a produção americanos. Isso exigiu maiores importações de suco. Na safra 2018/19, a temporada de furacões foi mais leve.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA

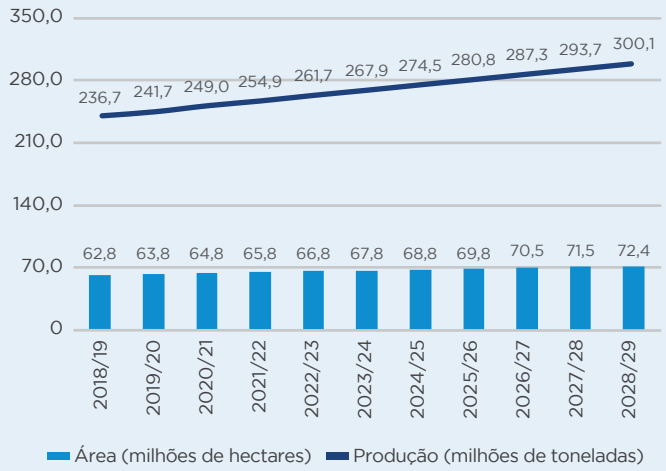


Fonte: CitrusBR

300 MILHÕES DE GRÃOS NA SAFRA 2029/30

No final da próxima década, o Brasil terá produzido 300 milhões de toneladas de grãos. Até lá, haverá um crescimento anual na produtividade da agricultura (2,4%) e na Produtividade Total dos Fatores (PTF – 2,98%). Esse resultado faz parte do estudo "Projeções do Agronegócio, Brasil 2018/19 a 2028/29", da Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA) e da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Sire/Embrapa). Os testes realizados apontam os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e as exportações do agro como as principais variáveis que impactam a produtividade.

BRASIL: ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO E DA ÁREA PLANTADA COM GRÃOS



Fonte: Conab; CGPI; DFI; SPA/MAPA; Sire/Embrapa (julho de 2019)

PRODUTOS LÁCTEOS PARA A CHINA

Com a habilitação de 24 estabelecimentos brasileiros para a exportação de produtos como leite em pó e queijos, a China abriu esse mercado. Quarto maior produtor de leite do mundo, com 1,2 milhão de produtores, o Brasil produz 600 mil toneladas de leite em pó. Já os chineses, maiores importadores de lácteos do mundo, compram 800 mil de toneladas do produto. Com essa decisão do governo chinês, a Associação Brasileira de Laticínios (Viva Lácteos) estima exportar US$ 4,5 milhões por ano em produtos lácteos, como queijos e leite em pó.

CHINÊS ASSUME A DIREÇÃO DA FAO

O vice-ministro da Agricultura e Assuntos Rurais da China, Qu Dongyu assumiu o cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) para o período de 1º de agosto de 2019 até 31 de julho de 2023, com o apoio do governo brasileiro. A eleição ocorreu durante a 41ª Conferência da FAO. Dos 191 votos válidos, Dongyu recebeu 108. Deixa o cargo o brasileiro José Graziano da Silva, que dirigiu a entidade de 1º de janeiro de 2012 a julho de 2019, em dois mandatos seguidos.

INSCRIÇÃO PERMANENTE DO CAR

Previsto na Lei nº 12.651/12, que instituiu o Código Florestal (CF), os imóveis rurais do Brasil são obrigados a ter o Cadastro Ambiental Rural (CAR). A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.157, proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), contesta a Medida Provisória (MP) nº 884/19, que altera o CF e deixa o CAR permanente, sem prazo final para adesão. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em trecho da petição para ser *amicus curiae* no processo, defende o Cadastro permanente para evitar restrições aos produtores rurais no acesso ao crédito e aos Programas de Regularização Ambiental (PRAs).

CUMPRIMENTO DA COTA HILTON

Criada em 1979, a cota Hilton fixa o volume de exportação dos cortes especiais do quarto traseiro de novilhos precoces, deossados, frescos ou resfriados, com alto padrão de qualidade. Durante o ano comercial, entre julho de 2018 e junho de 2019, os únicos países que conseguiram cumprir integralmente sua quantidade foram a Argentina (29,5 mil toneladas) e o Uruguai (6,4 mil toneladas). Estados Unidos e Canadá cumpriram juntos 29% (3,37 mil toneladas), enquanto o Brasil ficou com 41% (4,15 mil toneladas). Também fazem parte desse acordo a Austrália, o Paraguai e a Nova Zelândia.

ACORDO COM A UNIÃO EUROPEIA DEVE IMPULSIONAR A AGROINDÚSTRIA

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2], KELLEN SEVERO[3]

O acordo comercial entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é uma boa notícia para a agroindústria. Atualmente, a UE é o principal comprador dos produtos do agronegócio brasileiro, e, com o acordo, o volume das nossas exportações deve crescer.

AO LONGO dos dois últimos meses, houve muito debate a respeito das vantagens e das desvantagens do acordo comercial entre a UE e o MERCOSUL. Com frequência, argumentava-se que, aqui no Brasil, o agronegócio seria um dos setores mais beneficiados, enquanto a indústria estaria entre os mais prejudicados.

Entretanto, o acordo comercial entre a UE e o MERCOSUL pode ser considerado uma boa notícia para a agroindústria brasileira sim. Três motivos merecem destaque:

- O bloco europeu já é o principal comprador externo dos produtos do setor. O acordo deve ampliar o volume e o número de produtos para aquele mercado.
- A participação da UE no total das exportações agroindustriais brasileiras tem caído. Certamente, o acordo será uma boa oportunidade de reverter esse quadro.
- Como a UE já é uma fonte de insumos de produção para o setor, esses produtos deverão ficar mais baratos, o que deve reduzir os custos de produção e aumentar ainda mais a competitividade da agroindústria brasileira.

A BALANÇA COMERCIAL DA AGROINDÚSTRIA COM A UE TEM SIDO SUPERAVITÁRIA?

Pelo menos desde 1997, a balança comercial da agroindústria brasileira com a UE tem sido superavitária. A título de exemplo, em 2018, o superávit comercial do setor junto ao bloco europeu foi de US$ 7,1 bilhões. Vale ressaltar que, embora as atividades agropecuárias (popularmente conhecidas como "dentro da porteira") também tenham sido superavitárias em 2018 (na realidade, ao longo de todo o período desde 1997), esse saldo foi menor (US$ 5,5 bilhões). Em outras palavras, o saldo superavitário da balança comercial do agronegócio brasileiro junto à UE deve-se mais à agroindústria do que à exportação de produtos mais básicos.

Na realidade, a UE é o principal destino dos produtos da agroindústria nacional,



SHUTTERSTOCK

EXPORTAÇÕES DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA PARA A UE EM 2018

SEGMENTO	Exportação para a UE (US$ bilhões)	Participação no total exportado para a UE	Participação da UE nas exportações agroindustriais brasileiras	Posição da UE nas exportações brasileiras
Agroindústria	**11,97**	**100,0%**	**20,7%**	**1°**
Produtos alimentícios e bebidas	**6,77**	**56,6%**	**19,5%**	**1°**
Produtos alimentícios	6,76	56,5%	19,6%	1°
Alimentos de origem vegetal	1,57	13,1%	28,5%	1°
Alimentos de origem animal	5,19	43,4%	9,7%	3°
Bebidas	0,01	0,1%	3,8%	5°
Produtos não alimentícios	**5,19**	**43,4%**	**22,6%**	**1°**
Biocombustíveis	0,02	0,2%	2,8%	4°
Borracha	0,08	0,7%	6,4%	5°
Fumo	0,73	6,1%	37,6%	1°
Insumos agropecuários	0,16	1,4%	7,7%	4°
Produtos florestais	3,47	29,0%	26,0%	2°
Produtos têxteis	0,71	6,0%	21,0%	1°

Fonte: Comex Stat; elaboração: FGV Agro

respondendo, em 2018, por 20,7% do valor total exportado, à frente da China (12,9%) e dos Estados Unidos (10,2%). Considerando a classificação do Índice de Produção Agroindustrial Brasileira (PIMAgro), do FGV Agro, a balança comercial da agroindústria junto à UE é superavitária para quase todos os segmentos; as exceções são insumos agropecuários (-US$ 2,0 bilhões), bebidas (-US$ 373,7 milhões) e produtos de borracha (-US$ 278,0 milhões).

O QUE A UE COMPRA DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA?

A UE é o principal destino das exportações agroindustriais brasileiras para diversos segmentos do setor. Novamente, considerando a classificação do PIMAgro, os principais grupos de produtos exportados pela agroindústria brasileira para a UE são:

- **Produtos alimentícios:** em 2018, os produtos alimentícios responderam por 56,5% (US$ 6,8 bilhões) do valor total exportado pela agroindústria para o bloco europeu. Com isso, a UE posicionou-se como o principal destino das exportações nacionais nesse segmento; em números, 19,6% dos produtos alimentícios exportados no ano passado tiveram como destino a UE. Os principais produtos exportados foram os derivados da extração de óleo de soja e o suco de laranja.

- **Produtos florestais:** em 2018, os produtos florestais (basicamente, papel e celulose) responderam por 29,0% do total exportado pela agroindústria brasileira para a UE, que, por sua vez, foi o segundo principal destino das exportações nacionais desse segmento (26,0% do total exportado), ficando ligeiramente atrás somente da China (27,4%).

- **Fumo e produtos têxteis:** em 2018, esses setores responderam, cada um, por cerca de 6,0% do total exportado pela agroindústria para o bloco europeu. Além disso, é fundamental destacar que a UE foi o principal destino das exportações brasileiras para esses dois setores.

DO OUTRO LADO, QUAIS PRODUTOS A AGROINDÚSTRIA COMPRA DA UE?

Além de a UE ser o principal destino das exportações agroindustriais, ela é a segunda fonte mais importante de produtos importados pelo setor. Em 2018, a UE foi responsável por 16,9% do valor importado pela agroindústria brasileira, ficando ligeiramente atrás somente da China (17,6%). Os principais produtos agroindustriais importados pelo País com origem no bloco europeu são:

- **Insumos agropecuários:** dentro da pauta importadora da agroindústria brasileira junto à UE, os insumos agropecuários lideram a participação nos embarques, respondendo, em 2018, por 43,8% do valor total importado (US$ 2,1 bilhões) pelo setor. Por conta

IMPORTAÇÕES DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA DA UE EM 2018

SEGMENTO	Importação da UE (US$ bilhões)	Participação no total importado da UE pela agroindústria brasileira	Participação da UE nas importações agroindustriais brasileiras	Posição da UE nas importações brasileiras
Agroindústria	**4,84**	**100,0%**	**16,9%**	**2°**
Produtos alimentícios e bebidas	**1,63**	**33,7%**	**26,7%**	**1°**
Produtos alimentícios	1,24	25,7%	24,6%	1°
Alimentos de origem vegetal	0,64	13,2%	28,8%	1°
Alimentos de origem animal	0,61	12,5%	21,3%	2°
Bebidas	0,39	8,0%	36,5%	1°
Produtos não alimentícios	**3,21**	**66,3%**	**14,2%**	**2°**
Biocombustíveis	0,00	0,0%	0,1%	3°
Borracha	0,36	7,5%	18,6%	2°
Fumo	0,02	0,5%	34,9%	1°
Insumos agropecuários	2,12	43,8%	15,3%	1°
Produtos florestais	0,45	9,3%	38,2%	1°
Produtos têxteis	0,26	5,3%	5,4%	3°

Fonte: Comex Stat; elaboração: FGV Agro

desse número, o bloco europeu é a principal fonte externa de insumos agropecuários do Brasil, correspondendo a 15,3% do total importado por esse segmento no País.

- **Produtos alimentícios:** o setor de produtos alimentícios, por sua vez, é responsável por 25,7% (ou US$ 1,2 bilhão) do valor total importado da UE pela agroindústria brasileira. Da mesma forma que no caso dos insumos agropecuários, o bloco europeu é a principal fonte externa de produtos alimentícios importados pelo País, respondendo por 24,6% do total importado.

Naturalmente, o acordo comercial também trará desafios para algumas cadeias, que passarão a enfrentar maior concorrência dos produtos importados europeus. Nessa direção, merecem destaque aqueles bens que contam com tarifas de importação, que deverão ser zeradas progressivamente ao longo de dez anos, tais como produtos lácteos (hoje, a alíquota é de 28%), chocolates e confeitaria (20%), vinhos (27%), destilados e refrigerantes (de 20% a 35%). Certamente, conforme aumentar o volume desses produtos com origem europeia no mercado brasileiro, diversos produtores estarão expostos ao desafio de ter que aumentar a competitividade de seus produtos, com especial destaque para os pequenos e os médios produtores que contam com sistemas de produção de perfil "artesanal".

Para preparar o produtos nacionais para essa nova realidade, o próprio governo brasileiro reconheceu a necessidade de evoluir na legislação e na certificação da qualidade de diversos produtos, inclusive demandando políticas públicas para que esses produtores consigam exportar seus produtos com os mesmos atributos que são exigidos no mercado europeu.

A PARTICIPAÇÃO DA UE COMO DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DA AGROINDÚSTRIA JÁ FOI MAIOR?

Como já foi observado, a UE é, atualmente, o principal destino das exportações agroindustriais brasileiras, respondendo por 20,7% do valor total embarcado. Contudo, essa participação já foi consideravelmente maior: em 1997, a participação do bloco europeu no total exportado pela agroindústria brasileira era de 32,9%.

Dois fatores merecem destaque para a redução dessa participação: a redução do valor exportado (em 2008, os embarques totalizaram US$ 18,9 bilhões em valores já deflacionados – uma contração de 36,6%); e a maior participação de outros parceiros comerciais, com especial destaque para a China (em 1997, a China comprou US$ 0,62 bilhão e, em 2018, R$ 7,5 bilhões). ■

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

3 Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DA COLETA DE DADOS NA AQUICULTURA

JORGE LAÇO PORTINHO[1], ANA CAROLINA CAMPOS GOMES[1], ANDREA KOGA-VICENTE[1], MARIANA SILVEIRA GUERRA MOURA E SILVA[2], LUCIANA SPINELLI-ARAUJO[2], DANIEL GOMES DOS SANTOS WENDRINER LOEBMANN[2], MARCOS ELISEU LOSEKANN[2], HUGO HENRIQUE LANZI SAULINO[1], CELSO VAINER MANZATTO[2], BRUNO BENZAQUEN PEROSA[3], LUIZ EDUARDO VICENTE[2]

A AQUICULTURA é uma atividade econômica globalmente relevante, com um crescimento médio anual de 5,8% entre 2005 e 2014, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês). No Brasil, a atividade vem apresentando um aumento significativo de produção. Segundo dados da Associação Brasileira da Piscicultura (PEIXE BR), a produção foi de 722.560 toneladas de peixes de cultivo em 2018, um crescimento de 4,5% sobre as 691.700 toneladas de 2017. Dados da FAO também apontam que a produção aquícola no Brasil deve atingir 1,15 milhão de toneladas até 2025, principalmente devido ao desenvolvimento da aquicultura em águas interiores.



JEFFERSON CRISTIANO CHRISTOFOLETTI

Uma das espécies responsável pela expansão da piscicultura no Brasil é a tilápia (*Oreochromis niloticus*). Apenas a sua produção cresceu 11,9% em 2018 (400.280 toneladas) em comparação a 2017 (357.639 toneladas), correspondendo a 54,4% de toda a produção de peixes de cultivo. O estado do Paraná é o líder do *ranking* nacional, com 123.000 toneladas no mercado, seguido por São Paulo, com 69.500 toneladas, e Santa Catarina, com 33.800 toneladas.

Uma outra espécie com potencial de produção na aquicultura é o tambaqui (*Colossoma macropomum*). A espécie é nativa, ocorre naturalmente nas bacias dos rios Amazonas e Orinoco e já está adaptada à produção em tanques-rede. Segundo dados da PEIXE BR, a produção, em 2018, foi de 287.910 toneladas, enquanto, em 2017, superou 302.000 toneladas. Os maiores produtores encontram-se nos estados de Rondônia e Mato Grosso.

A exportação de tilápia é pequena se levarmos em conta o potencial de produção dessa espécie no Brasil. A sua comercialização ainda é quase totalmente destinada ao mercado interno. Os Estados Unidos, maior importador do produto no Brasil, recebeu aproximadamente 712 toneladas em 2018, gerando uma receita de US$ 5,5 milhões. O País ocupa apenas o quarto lugar entre os países exportadores de tilápia do mundo, atrás de China, Egito e Indonésia.

Nesse ritmo de desenvolvimento e expansão do mercado, novas áreas serão direcionadas à aquicultura, particularmente para abrigar os tanques-rede em reservatórios de usinas hidroelétricas. O Brasil já possui cerca de 10 milhões de hectares de água doce em barragens (incluindo reservatórios de usinas hidroelétricas), rios e lagos com capacidade para a produção de peixes. A atividade

A IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO DA AQUICULTURA

Para tratar os limitantes da aquicultura mencionados, o Projeto Componente Manejo e Gestão Ambiental da Aquicultura (PC MAN) busca coletar parâmetros físicos, químicos e biológicos, dados de produção de peixes e sensoriamento remoto de forma a gerar maiores conhecimentos e previsibilidade da qualidade da água dos sistemas aquáticos direcionados à aquicultura, com contribuição direta para a biossegurança, a sanidade, a nutrição e a alimentação dos peixes de cultivo.

Tal ação é vinculada ao projeto de pesquisa "Ações Estruturantes e Inovação para o Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Aquicultura no Brasil", fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a atual Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAP/MAPA).

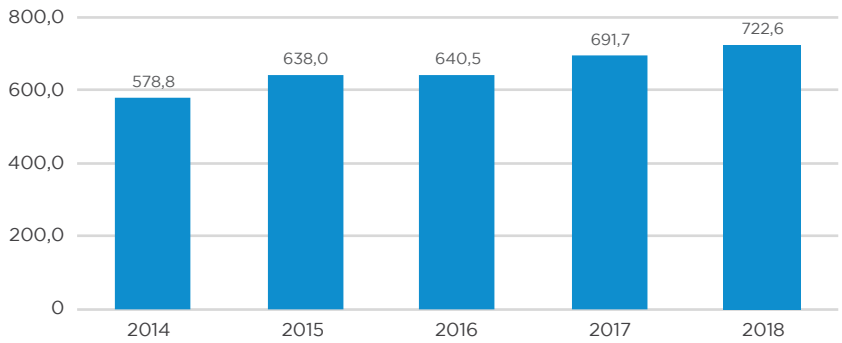
O estudo está sendo realizado na região de influência do reservatório de Ilha Solteira, nos rios Grande (estados de São Paulo e Minas Gerais) e Paranaíba (Minas Gerais e Mato Grosso do Sul), pertencente à bacia hidrográfica do rio Paraná. O reservatório de Ilha Solteira está inserido em um local prioritário de ação para promover a aquicultura no governo brasileiro, por meio da implantação e do monitoramento de parques aquícolas para a produção de tilápia em tanques-rede.

Entre os resultados esperados, está o apoio ao estabelecimento da Rede Nacional de Pesquisa e Monitoramento Ambiental da Aquicultura em Águas da União (Rede), instituída pela Portaria nº 153 da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca (da Secretaria-Geral da Presidência da República), de 14 de agosto de 2018.

é alavancada não só pelo potencial hídrico, mas também pela qualidade de água adequada e pelo clima que mantém a temperatura da água em condições favoráveis na maior parte do ano.

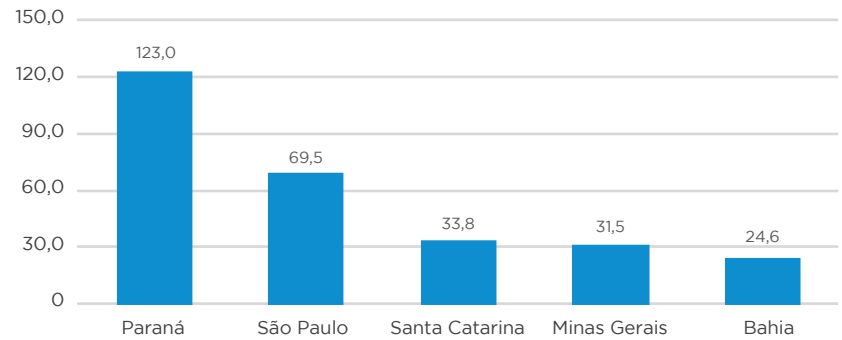
Os tanques-rede tornaram-se um sistema popular para a produção de tilápia em reservatórios de usinas hidroelétricas. No entanto, a expansão da produção de tilápia pode influenciar localmente a qualidade da água desses ecossistemas aquáticos e impactar negativamente a produtividade da própria piscicultura. Uma situação comum seria a aceleração do processo de eutrofização, em que um corpo de água adquire artificialmente níveis altos de nutrientes (como, por exemplo, fósforo e nitrogênio), provocando um crescimento excessivo de algas e um posterior acúmulo de matéria orgânica em decomposição. Esse processo pode causar a redução do oxigênio dissolvido na água, o que, por sua vez, tem o potencial de afetar diretamente a sanidade dos peixes e a qualidade do produto comercializado. ■

BRASIL: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE TILÁPIA
(EM TONELADAS)



Fonte: PEIXE BR (2019)

PRODUÇÃO DE PEIXES POR ESTADO EM 2018
(EM TONELADAS)



Fonte: PEIXE BR (2019)

1 Bolsistas CNPq da Embrapa Meio Ambiente, em Jaguariúna-SP

2 Pesquisadores da Embrapa Meio Ambiente, em Jaguariúna-SP

3 Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERIUFU) e pesquisador do Núcleo de Estudos Rurais (NERU/UFU) e da Plataforma ABC

A CRISE FINANCEIRA DAS USINAS SUCROALCOOLEIRAS

ALEXANDRE FIGLIOLINO

Sócio da MB Agro e membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp)

Política de governo e maus investimentos estão entre os principais fatores responsáveis pelo alto número de usinas em recuperação judicial ou que decretaram falência. Apesar dos novos desafios do mercado, as perspectivas para o setor são positivas.

CONFORME NOTA publicada no Agrodrops da última edição da ***Agroanalysis***, do total de 444 usinas sucroalcooleiras no Brasil, noventa estão em recuperação judicial e 29 falidas, de acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). As 325 usinas restantes operam normalmente.

Para explicar esse quadro atual do setor sucroenergético, e entender o que aguardar para um futuro próximo, é necessário construir um breve histórico das últimas duas décadas.

O início da década passada foi marcado pelo advento no Brasil do carro *flex-fuel*, que surgiu num momento de altíssima competitividade do etanol hidratado em relação à gasolina. Abriu-se uma enorme janela de oportunidade de crescimento para o setor, o que foi reforçado com a perspectiva de que outros países, a exemplo dos EUA, criariam mandatos de mistura do etanol na gasolina e transformariam o etanol em uma *commodity* global. Isso estimulou um crescimento espetacular e sem precedentes, tendo o Centro-Sul saído de uma produção de 240 milhões de toneladas de cana-de-açúcar para os atuais 600 milhões de toneladas de capacidade.

No entanto, parte desse crescimento corresponde a investimentos realizados às pressas e por mãos não afeitas a lidar com essa peculiar agroindústria, em que o campo responde por 70% dos custos de produção e se torna o principal fator de sucesso ou insucesso. A falta de planejamento adequado e cuidado em relação às melhores práticas levou a um crescimento da capacidade produtiva

SHUTTERSTOCK



de baixíssima qualidade, o que levou ao aumento de custos, reduzindo sensivelmente a competitividade do Brasil em relação aos seus concorrentes: no açúcar, a Europa, a Índia e a Tailândia; e, no etanol, os competentíssimos americanos, com o seu etanol de milho.

A adequada disciplina de capital, não deixando a alavancagem financeira superar determinados níveis, também não foi o forte de certos grupos do setor, os quais contavam com um mercado eternamente promissor e pujante, mas que não aconteceu. Ao contrário, a política de controle dos preços dos combustíveis que perdurou até o final do governo da presidente Dilma Rousseff prejudicou sensivelmente a cadeia sucroenergética. Estima-se que essa política tirou aproximadamente R$ 70 bilhões de renda do setor ao se compararem os preços praticados internamente àqueles que seriam observados se se tivesse obedecido à paridade internacional – naquele período, o petróleo atingiu níveis altos de preço. Crescimento acelerado, má gestão, altos níveis de endividamento e baixas margens são os ingredientes perfeitos para uma tragédia, e ela aconteceu.

A mecanização dos processos de plantio e colheita também teve alto impacto em termos de reduzir a produtividade e a longevidade dos canaviais, que, só agora, felizmente, começam a reduzir a tendência de queda.

No mundo das *commodities*, são absolutamente normais e fazem parte do jogo os anos de vacas magras e os anos de vacas gordas, ciclos absolutamente necessários para equilibrar a relação entre oferta e demanda. Porém, no caso do açúcar, a *commodity* mais política do Planeta, mecanismos de proteção tarifária, subsídios, cotas etc. têm feito os períodos de baixa serem muito mais prolongados do que os de alta.

O Brasil, sempre muito árido em políticas públicas, felizmente pariu, no governo de Michel Temer, um programa extremamente inteligente em termos de reconhecer as externalidades positivas dos combustíveis renováveis e criar mecanismos de incentivo ao aumento da eficiência do setor. Esse programa chama-se RenovaBio e enche o mercado de esperanças de um futuro melhor.

As inovações no campo e na indústria, finalmente, começam a surgir, e num ritmo avassalador, de forma que vivemos uma perspectiva para o futuro extremamente promissora.

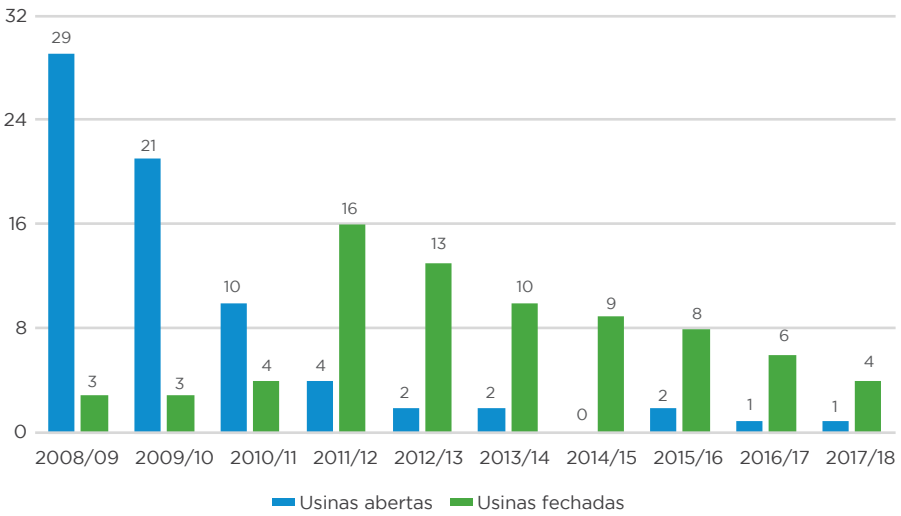
Mas o estrago está feito e resultou em um número inédito de falências e recuperações judiciais nos últimos anos, com muito dinheiro jogado fora. Espera-se, contudo, que, daqui para frente, o setor acelere o seu processo de consolidação, por meio de um processo de seleção natural lógico em que aquelas empresas que souberem fazer a lição de casa e superar as dificuldades de anos tão difíceis cresçam em bases sustentáveis, se tornem eficientes em custos e apresentem uma adequada estrutura de capital. Os sobreviventes são muitos e suficientes para, no momento adequado, colocar de novo o setor sucroenergético brasileiro na rota do crescimento e da geração de empregos e renda – crescimento, desta vez, sustentável e erguido em bases sólidas, muito diferentemente do que ocorreu no passado recente.

O setor vai recuperar a produtividade, voltar a ser, disparado, o produtor com mais baixo custo de açúcar e etanol. Isso, aliado a políticas públicas corretas e uma diplomacia competente que se espera na área das negociações internacionais, tornará tal setor um dos mais importantes *drivers* de crescimento do agronegócio brasileiro.

À medida que os retornos sobre capital investido se tornarem adequados aos níveis de risco desse volátil setor – ao contrário do que acontece hoje –, não há dúvida de que os investimentos retornarão.

Fantasmas continuarão a existir num mundo disruptivo. Carro elétrico, carro híbrido, célula de combustível e a força crescente da energia solar colocam alguns pontos de interrogação para o futuro, mas acreditamos que, se todos fizerem a lição de casa – e ela é pesadíssima –, conseguiremos guardar um lugar importante e merecido para o etanol e o açúcar, principais derivados da cana-de-açúcar, tendo, ainda, como coadjuvantes a energia elétrica, a levedura, o biogás, entre outros. ■

EVOLUÇÃO DAS UNIDADES INDUSTRIAIS ABERTAS E FECHADAS



Fonte: UNICA

AQUAPONIA INMED: CULTIVANDO UMA NOVA GERAÇÃO DE AGRICULTORES



Linda Pfeiffer, presidente e CEO da INMED Partnerships for Children, ONG humanitária internacional sem fins lucrativos que já trabalhou em mais de cem países construindo caminhos para que crianças e famílias desfavorecidas alcancem bem-estar e autoconfiança*.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, na sigla em inglês), 22.000 crianças morrem a cada dia por causa da pobreza. De todas as tentativas de melhorar essa estatística, a adoção de tecnologias agrícolas inovadoras é a mais eficaz como causa e consequência dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Prolongadas secas e inundações e a vasta degradação de ecossistemas causada por desastres ambientais estão levando pequenos agricultores e suas comunidades a aprofundarem sua condição de vulnerabilidade.

SOLUÇÃO REVOLUCIONÁRIA INMED

A INMED Partnerships for Children desenvolveu uma solução revolucionária que está mudando a fisionomia da agricultura em regiões duramente atingidas pela mudança climática e por desastres ambientais.

Por mais de trinta anos, trabalhamos com comunidades carentes em todo o mundo para quebrar o complexo ciclo da pobreza e capacitar as populações mais vulneráveis para alcançarem bem-estar e autoconfiança. Por meio de parcerias, a INMED equipou escolas, instituições de serviços sociais, cooperativas agrícolas e comunidades em situação de risco para melhorar a segurança alimentar e proporcionar oportunidades de desenvolver habilidades e gerar renda, sob a perspectiva da proteção dos recursos naturais.

No centro do seu programa Climate-Smart Adaptive Agriculture, está a aquaponia, uma técnica intensiva de produção de alimentos que, combinando aquicultura (produção de peixes) com hidroponia em um sistema simbiótico, conserva expressivamente a água e o espaço físico, possibilitando a produção abundante de peixes, verduras e legumes frescos tanto para o consumo próprio, quanto para a comercialização. Combinada com sistemas complementares de coleta de água e energia solar, a aquaponia é significativamente mais produtiva do que as formas tradicionais de cultivo.

O sistema é simples, escalável e de baixo custo. São utilizados materiais locais, dimensionados para adaptação a qualquer espaço físico, tanto em ambientes rurais, quanto urbanos. Alguns dos benefícios da aquaponia são:

- rendimento até dez vezes maior do que o de culturas em solo arado de dimensões equivalentes;
- 85% a 90% menos consumo de água e energia do que a agricultura mecanizada;
- ausência de fertilizantes químicos ou pesticidas;
- produção de alimentos durante todo o ano e resiliente às mudanças climáticas; e
- meio de repovoar espécies de peixes ameaçadas.

Em conjunto a seus parceiros locais, os impactos benéficos do sistema INMED de aquaponia vêm transformando vidas no Caribe, na região andina e na África do Sul há quase uma década.

AQUAPONIA PARA MELHORES NUTRIÇÃO, SEGURANÇA ALIMENTAR E EDUCAÇÃO

Em Porto Elizabeth e Joanesburgo (África do Sul), a INMED, em parceria com a Mondelēz International Foundation, instalou centros de treinamento em aquaponia voltados à pesquisa, ao empreendedorismo e à produção de alimentos frescos para as comunidades carentes. Na província do Cabo Setentrional, onde uma seca prolongada levou milhares de pequenos agricultores ao desemprego e à pobreza, a INMED Aquaponics™ ajudou uma cooperativa agrícola a aumentar a sua renda em sessenta vezes no período de um ano, ganhar prêmios nacionais e aumentar a oferta de empregos. Com a adição de uma nova unidade de produção, a cooperativa Pella Food Garden lançou uma linha de vegetais em conserva e está doando colheitas excedentes. O sucesso tem sido tão grande que se cogita a instalação de aquaponia em todas as escolas públicas do país.

No Peru, a parceria com o Instituto de Educação Superior Pedagógica Bilíngue em Ucayali foi feita para capacitar professores e introduzir a aquaponia em comunidades indígenas em todo o país para proporcionar segurança alimentar e oportunidades de geração de renda, além da preservação das populações indígenas e das espécies de peixes amazônicas ameaçadas de extinção.

Na Jamaica, a INMED mobilizou recursos com bancos multilaterais, Ministérios, mercados, agentes de extensão rural e uma faculdade de Agronomia para facilitar o acesso a toda a cadeia de valor para pequenos agricultores, mulheres e jovens que desejem lançar empreendimentos de aquaponia. O projeto oferece treinamento on-line de pré-qualificação, treinamento técnico e comercial, acesso a financiamentos subsidiados e ligações junto a mercados antes indisponíveis para empreendedores iniciantes e agricultores familiares. Em Kingston, a INMED Aquaponics™ também provou ser um meio eficaz de reabilitar jovens de um centro de detenção juvenil, promovendo responsabilidade, geração de renda e redução de penas. Relatos das enfermarias indicam que o sistema é terapêutico e que lhes traz esperança.

INCLUSÃO, DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E REABILITAÇÃO

Na Jamaica, a INMED ajudou a Jacob's Ladder – uma comunidade da Mustard Seed com noventa residentes com deficiência – a fortalecer a sua viabilidade econômica e a sua segurança alimentar via aquaponia. Equipado com sistemas de energia solar e coleta de água da chuva, o projeto permitiu que a comunidade se tornasse autossustentável.

Na África do Sul, a INMED trabalha com portadores de deficiência desde 2012 e implementou sistemas de aquaponia e treinamento comercial para três cooperativas de agricultores com deficiência.

GERAÇÃO DE RENDA: UMA REVOLUÇÃO INTELIGENTE PARA O BRASIL

No Brasil, onde desastres com resíduos de mineração devastaram terras e recursos hídricos, a aquaponia também pode ser uma solução para recuperar perdas e aumentar a renda agrícola. A INMED está preparada para introduzir a aquaponia em diferentes regiões, impulsionada pela sua trajetória de 25 anos no País, com presença em dezoito estados, tendo atuado em parcerias de sucesso com o setor público e grandes corporações, entre as quais a Bayer, a Mondelēz, a Cargill, a Johnson & Johnson, a Suzano e a General Eletric, ao longo da sua trajetória no enfrentamento dos problemas de saúde pública e educação.

Há planos em andamento para incluir aquaponia escolar na terceira fase do programa Ação Saudável, iniciativa que vem sendo desenvolvida com o apoio da Mondelēz International Foundation há quase uma década.

A INMED Partnerships for Children e a nossa afiliada brasileira – INMED Parcerias Para Crianças –, organizações sem fins lucrativos, vêm acompanhando a expansão dos investimentos sociais privados no Brasil e está trabalhando para incluir o Brasil na nossa "Climate Smart Revolution". ■

INMED Parcerias Para Crianças 25 ANOS NO BRASIL

*Saiba mais em www.inmed.org

POLÍTICAS DE CRÉDITO PODEM INCENTIVAR BOAS PRÁTICAS NA AMAZÔNIA LEGAL

PETER MAY[1], ANTONIO BARBOSA[2], EDUARDO AZEREDO[3], FABIANO COSTA[4], FABIO RAMOS[5], JULIANA SPERANZA[6], TOMAZ LANZA[7]

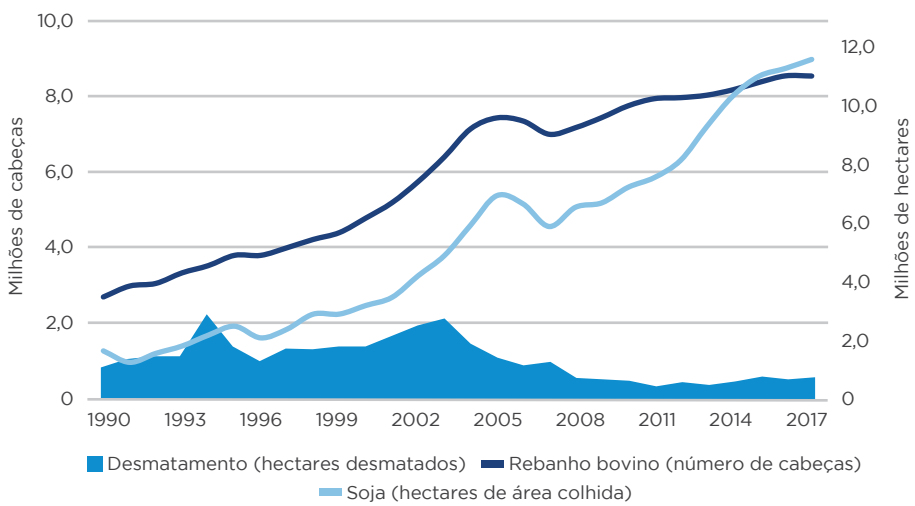
A INICIATIVA global Economia de Ecossistemas e Biodiversidade para Agricultura e Alimentos (TEEBAgriFood, na sigla em inglês) promove uma abordagem estruturada que busca gerar dados para ajudar os tomadores de decisão a reconhecerem a ampla gama de benefícios proporcionados pelos ecossistemas e pela biodiversidade nas cadeias agroalimentares. Dentro desse contexto, foi realizado um estudo no Brasil* para examinar as cadeias de carne bovina e soja na Amazônia Legal. Este artigo apresenta recomendações de mudanças na política de crédito rural que poderiam incentivar uma maior adoção de boas práticas de produção.

O desmatamento persiste como a principal fonte de externalidades negativas da agropecuária na Amazônia. Embora dramaticamente reduzido ao longo do período 2005-2012, desacoplando-se da produção de grãos e do rebanho de gado, voltou a crescer desde então. Apesar de a Moratória da Soja** ter sido bastante eficaz nos seus quase quinze anos de existência, ainda há uma considerável expansão das áreas de pastagens. A Amazônia Legal detém cerca de 46% do rebanho bovino do País, com um volume diário abatido superior a 83 mil animais. Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) impetrados aos frigoríficos em 2009 mobilizaram a cadeia, mas faltaram fiscalização e efetividade para alcançar os elos iniciais de cria e engorda do bezerro.

A simplificação das paisagens e o contínuo desmatamento para a expansão da fronteira agrícola provocam perda de biodiversidade e redução dos serviços ecossistêmicos. Tais impactos implicam perdas de valores florestais (produtos madeireiros e não madeireiros), assim como prejudicam serviços de polinização e recarga de mananciais, que são essenciais para a própria produtividade agropecuária e a criação de sistemas agrários resilientes às mudanças climáticas.

Para reduzir tais pressões, boas práticas de pecuária já existentes no campo incluem renovação e rotação de pastos e melhoria nutricional e genética, permitindo aumentar as taxas de lotação (até 4 unidades animais por hectare

BRASIL: EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO, DO REBANHO BOVINO E DA ÁREA DE SOJA



Fonte: IBGE; PRODES/INPE

– UA/ha) e reduzir o prazo de engorda, mas demandam investimentos, conhecimento e adaptabilidade. Há uma transição em curso para o semiconfinamento (finalização da engorda em confinamentos de curta duração) ou até confinamento integral. Em Mato Grosso, 15% dos animais já ocupam confinamentos, movimento também observado no Pará e em Rondônia. Tais sistemas geram maiores emissões de gases do efeito estufa (GEE), mas que podem ser neutralizadas pela manutenção de Reservas Legais (RLs) e pela restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Os sistemas de produção de soja e os produtos de safrinha (milho e algodão) pelo plantio direto têm reduzido de forma significativa a erosão dos solos e o escoamento superficial da água, embora não tenham diminuído o uso de agroquímicos, cuja aplicação aumentou vertiginosamente, em muitos casos por via aérea, resultando em contaminação de cursos de água e comunidades vizinhas.

Embora a maioria dos produtores adote o plantio de sementes geneticamente modificadas (GMs), há um nicho para a soja convencional (não GM) em ressurgência, tendo como principais estímulos: (i) a valorização do preço final ou do prêmio no preço (até US$ 3,00/saca); (ii) o aumento na resistência de plantas daninhas a herbicidas aplicados na soja GM; e (iii) um melhor controle de nematoides no sistema convencional, com consequente redução de custos de agroquímicos. A soja orgânica é ainda mais reduzida em escala, embora com um prêmio no mercado ainda maior.

A intensificação nos sistemas de produção de gado e soja via integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) representa uma tendência com implicações positivas para o uso do solo e a redução de emissões de GEE. No Brasil, os sistemas iLPF atingiram 11,5 milhões de hectares em 2017. Na Amazônia, a integração principal ficou restrita ao segmento da rotação lavoura-pecuária. Há pouca integração com florestas.

RECOMENDAÇÕES DE MUDANÇAS NA POLÍTICA DE CRÉDITO AGRÍCOLA

- Avaliar adequadamente a questão ambiental como base para concessão de crédito, com, por exemplo, a criação de uma "Serasa ambiental";
- Facilitar o acesso a recursos do crédito de agricultura de baixo carbono (crédito ABC);
- Melhorar a atratividade do crédito ABC em relação às outras linhas disponíveis, aperfeiçoando as condições de empréstimo e corrigindo gargalos de acesso;
- Adotar modelos de produção predefinidos para projetos financiados pelo crédito ABC, o que permitiria estimar de forma mais precisa os resultados financeiros e facilitaria o monitoramento dos benefícios ambientais;
- Criar uma linha de crédito diferenciada para restauração florestal e melhorar a divulgação das linhas de baixo carbono;
- Realizar o acompanhamento técnico de operações de investimento com reporte direto ao banco financiador;
- Favorecer o crédito para investimento e buscar uma visão de longo prazo com taxas estáveis.

FINANCIAMENTO E INCENTIVOS PARA MUDANÇA

As experiências-piloto positivas de intensificação da pecuária são ainda limitadas. Na ausência de incentivos creditícios e políticas (como a de extensão rural), é difícil replicar tais experiências em grande escala, reduzindo a possibilidade de mudança nos padrões atuais.

Geralmente, pecuaristas são resistentes a investir na melhoria dos sistemas produtivos, mesmo que haja lucros, necessitando ser induzidos. É ainda mais difícil, na ausência de um sistema de crédito indutor, orientar investimentos que visem prover serviços ecossistêmicos (por exemplo, a restauração de APPs), mesmo quando estes são benéficos para o próprio setor.

Recomenda-se, então, transformar o Plano Safra para incorporar um caráter indutivo às melhores práticas de produção. Tais incentivos precisam ser significativos, permitindo uma maior facilidade para tomar o crédito, taxas comparativamente mais baratas para linhas ambientais e a priorização de recursos para produtores que tenham feito ou queiram fazer transição ambiental. Grandes produtores deveriam ter acesso apenas a linhas que propiciem maiores benefícios ambientais. ■

*Tal estudo foi financiado pela UN Environment, com apoio da Global Alliance for the Future of Food

**Pacto ambiental firmado entre as entidades representativas da agroindústria de soja no Brasil, ONGs e Governo que prevê a adoção de medidas contra o desmatamento da Amazônia

1 Professor titular na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
2 Sócio-diretor da EcoCapital
3 Consultor técnico da Agrosuisse
4 Economista do Banco Central (BCB) e doutorando na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
5 Sócio-diretor da Agrosuisse
6 Doutoranda da UFRRJ
7 Consultor técnico da Agrosuisse

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA PODE SER SUSTENTÁVEL?

EDUARDO DELGADO ASSAD[1], PELERSON PENIDO DALLA VECCHIA[2], ROBERTO STRUMPF[3], SUSIAN MARTINS[4]

A Fazenda Roncador, no município de Querência-MT, mudou o sistema de produção passando a adotar práticas de baixa emissão de carbono. Como resultado, foi possível aumentar a produtividade sem a necessidade de expandir as áreas de produção, ou seja, sem desmatar. Além disso, a carne produzida pela Fazenda possui um saldo positivo na captura de carbono.

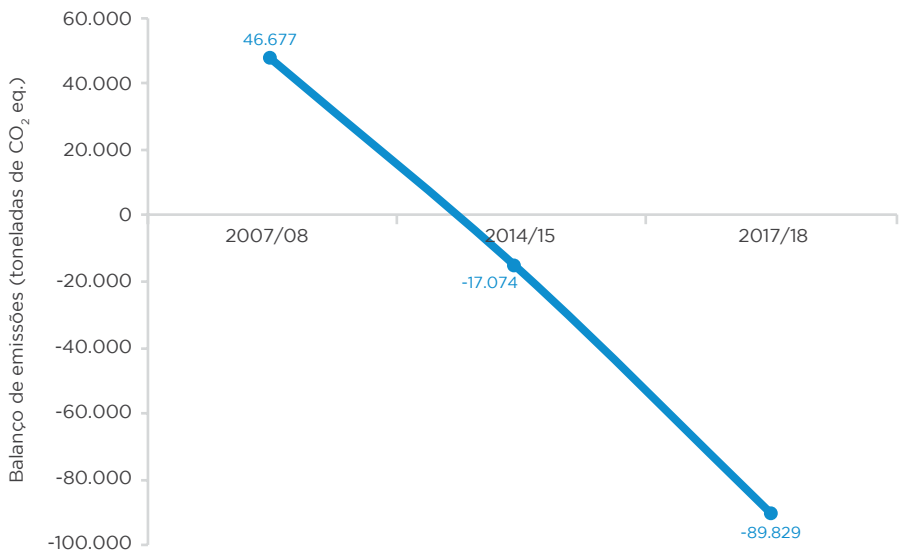
DADA A relevância do setor agropecuário para a economia do Brasil, a transição do modelo de produção agrícola tradicional para um modelo de baixa emissão de carbono é necessária. A produção de alimentos é absolutamente prioritária para a sociedade, e, portanto, ao se mitigar a mudança climática, também se tem o interesse estratégico de promover a segurança alimentar. É preciso, então, fortalecer a agricultura de baixa emissão de carbono (ABC) no Brasil. O uso de fazendas para capturar e armazenar mais carbono no solo está cada vez mais difundido. O esforço feito pelo Brasil desde 2010 na implementação da ABC tem sido intenso, e, segundo o último relatório feito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), já foram atingidos quase 13 milhões de hectares utilizando técnicas de baixa emissão. Um número crescente de agricultores está explorando o potencial de capturar e armazenar maiores quantidades de dióxido de carbono (CO_2) no solo como forma de combater as mudanças climáticas e aumentar sua produtividade. Nos EUA, essa prática já é conhecida como *carbon farming*. Exemplos não faltam no Brasil.

Pioneira desde a safra 2007/08, a administração da Fazenda Roncador, que fica no município de Querência-MT, decidiu mudar o sistema de produção. Veja, na

MUDANÇA DE USO DO SOLO NA FAZENDA RONCADOR

USO DO SOLO	Área (hectares)		
	2007/08	2014/15	2017/18
Pecuária	59.313	40.459	29.005
Degradada	26.550	16.900	10.700
Início da recuperação	21.737	–	–
Recuperada	11.026	23.559	18.305
Integração lavoura-pecuária	–	9.744	24.600
Agricultura	687	9.400	7.060
Eucalipto	–	400	400
TOTAL	**60.000**	**60.003**	**61.065**

MUDANÇA NO BALANÇO DE EMISSÕES NA FAZENDA RONCADOR AO LONGO DE DEZ ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS



tabela, a evolução da transformação dos sistemas de produção.

Um grande esforço de recuperação de pastos degradados em dez anos foi feito, reduzindo de 26.550 hectares degradados para 10.700 hectares. É importante salientar o aumento significativo da adoção do sistema de integração lavoura-pecuária, que, basicamente, transformou pastos degradados em sistemas de produção intensivos. Tal prática permitiu o aumento da produtividade sem haver a necessidade de expandir as áreas de produção, ou seja, sem desmatar. Seguindo as regras do Código Florestal, essa fazenda ainda poderia desmatar para produzir, mas preferiu manter 50% da sua área como Reserva Legal (RL). Isso significa mais carbono mantido no sistema pela floresta em pé e, também, retido no solo pelo manejo e pelos sistemas de produção adotados.

O principal objetivo desse esforço de mudança de sistemas de produção adotado pela Fazenda Roncador não é simplesmente capturar e armazenar carbono, mas criar solos que possam ser produtivos em termos agrícolas e favoráveis ao clima em uma visão de longo prazo, trazendo sustentabilidade ou durabilidade à produção agrícola e mostrando a sua importância quanto à segurança alimentar. No balanço final das emissões, considerando da porteira para dentro da fazenda os componentes uso de combustíveis fósseis, agricultura, pecuária, floresta, energia elétrica e mudança de uso do solo, a Fazenda deixou de ser emissora de CO_2, em 2007/08, para ter remoção de CO_2 no conjunto de operações feitas e produção agropecuária. Pode-se dizer que a carne produzida nos sistemas bem manejados e integrados da Roncador é capturadora de carbono – cerca de 89 mil toneladas de CO_2, capazes de neutralizar a emissão anual de 51.626 carros com 1.000 cilindradas rodando 1.000 quilômetros por mês.

Os resultados obtidos comprovam o potencial das boas práticas agropecuárias de produção de alimentos aliadas à remoção de quantidades consideráveis de carbono da atmosfera. Desta forma, o carbono passa a representar mais um indicador da boa gestão das propriedades, evidenciando a presença de um sistema regenerativo e altamente produtivo.

Ademais, corroborando com os resultados encontrados na Fazenda Roncador, a Academia Brasileira de Ciências estimou, em um estudo no ano passado, que as terras agrícolas globais poderiam capturar e armazenar até 3 bilhões de toneladas adicionais de CO_2 se os agricultores adotassem uma série de práticas melhoradas, incluindo adição de matéria orgânica como estrume ou composto e sistemas integrados de produção.

Exemplos como esses mostram que a proposta de implementar uma ABC no ano de 2010 estava certa e abre um mercado extraordinário para a produção agrícola brasileira, intensificando e integrando os sistemas de produção, sem necessidade de desmatar, e garantindo a sustentabilidade da agropecuária.

Incentivos financeiros estão sendo aplicados à produção menos intensiva em carbono. A Califórnia começou a fornecer pequenas doações do fundo de carbono e comércio do estado para agricultores que empregam técnicas que prometem armazenar mais carbono. Enquanto isso, uma *start-up* de Boston conhecida como Indigo Ag anunciou, recentemente, um plano para pagar os agricultores que buscam práticas semelhantes e, depois, vender créditos de carbono para empresas ou indivíduos que buscam maneiras de compensar seus impactos climáticos. Isso não é novo no Brasil. O Programa ABC, via MAPA e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), preconiza e financia essas boas práticas desde a sua inclusão no Plano Safra, em 2010. ■

BENEFÍCIOS DA ABC

Além de contribuir para os esforços globais de mitigação da crise climática, as práticas propostas na ABC possibilitam um cenário com múltiplos benefícios para o produtor e a sociedade:

- Ao implementar sistemas integrados, aumentam a produtividade por unidade de área e se tornam mais resilientes aos prováveis impactos das mudanças climáticas, por depender menos de insumos e ter maior diversidade produtiva;
- Geram aumento, também, na rentabilidade do produtor, que se torna mais resiliente financeiramente;
- Com o aumento de produtividade e rentabilidade, há menor pressão pela abertura de novas áreas de vegetação nativa, mantendo uma gama de serviços ambientais locais (recursos hídricos, polinização, beleza cênica) e globais (redução no desmatamento e das emissões de gases do efeito estufa atreladas).

1 Pesquisador da Embrapa Agropecuária Informática

2 Desenvolvedor do Sistema Produtivo Roncador e diretor-presidente de Operações do Grupo Roncador

3 Mestre em Ciências Ambientais e diretor da Pangea Capital

4 Doutora em Ciências e consultora agroambiental


SHUTTERSTOCK

100 ANOS DE SRB

PROTAGONISTA NO AGRO E NA HISTÓRIA DO BRASIL

Celeiro de grandes líderes, a entidade celebra o seu centenário com participação marcante na defesa dos produtores rurais e no desenvolvimento do País.

EM 2019, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) completa cem anos. Quem conhece ou viveu parte dessa longa trajetória tem a dimensão da importância da entidade na defesa dos direitos dos agricultores, das liberdades individuais, da inovação no campo e da soberania econômica brasileira. Desde a sua fundação, a SRB notabilizou-se por transcender o terreno agrícola, assumindo papel de protagonista nas principais páginas da história do Brasil.

Aquele ano de 1919 era tempo de reconstrução da Europa, arrasada pela então recente Primeira Guerra Mundial (1914-1918). No Brasil, um grupo de líderes do agronegócio percebeu que o País poderia contribuir para a reestruturação do continente por meio do fornecimento de produtos primários. O encontro que deu origem à SRB reuniu cinquenta produtores rurais, signatários da ata inaugural da entidade, no antigo Automóvel Club da rua Líbero Badaró, no centro da capital paulista. O Brasil estava sob a Primeira República, em pleno domínio da política do "café com leite" – dinâmica que envolvia a alternância de cafeicultores paulistas e fazendeiros mineiros no comando do País. Foi a proximidade dos pioneiros com a economia do café, por sinal, que levou a fundação da SRB a acontecer na cidade de São Paulo.

Já durante a década de 1930, a SRB tornou-se uma das principais vozes a se opor de maneira contundente ao golpe engendrado por Getúlio Vargas. A ditadura varguista industrializou o País à custa de confisco cambial sobre o café, inviabilizando a atividade dos produtores. Integrantes da entidade participaram da linha de frente de resistência ao governo – a SRB foi a primeira entidade rural do Brasil a apoiar de forma coordenada a Revolução Constitucionalista de 1932, que tinha como objetivos destituir o ditador e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.

Depois da morte de Vargas, em 1954, o Brasil entrou em outro período político conturbado, agravado pelos efeitos da Guerra Fria que se instalou após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O País não passou incólume à divisão do mundo em dois blocos antagônicos, e não faltaram tentativas para a criação de uma república sindicalista radical de esquerda por aqui. Nesse contexto, os agricultores passaram a enfrentar tentativas de invasão de terras, simultaneamente a fatores que corroíam a renda da produção – inflação, tabelamento de preços e impostos sobre a exportação de diversos produtos agrícolas. No campo, a SRB era a principal voz dos produtores na busca de uma saída para essa crise institucional.

Em 1964, ano de início do regime militar, a SRB constatou que o então presidente Castello Branco não priorizaria a liberdade econômica no campo. Por isso, rompeu com o governo, decisão que demonstra a sua inclinação para atuar exclusivamente em

favor dos interesses do produtor, e não em vínculo a um regime ou a uma ideologia. Nos estertores do período militar, entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980, a SRB passou a articular as bases das relações do Brasil no comércio internacional. Foi a primeira entidade a questionar e enfrentar o protecionismo das nações desenvolvidas, que limitavam a aquisição de produtos como açúcar, algodão e grãos. Na época, a produção nacional de culturas como soja, cana, carne e suco de laranja começou a se destacar, incomodando as grandes potências mundiais nesses mercados.

A entidade associou-se ao modelo de crescimento agrícola-exportador. Apoiou a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a reformulação da extensão rural no Brasil. Atuou ativamente para que os direitos dos produtores fossem assegurados na Constituição Federal de 1988. Defendeu a modernização das relações do Estado com o setor privado. Internacionalizou as reivindicações do agro nacional, com presença marcante nas discussões no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A SRB sempre esteve à frente do seu tempo, antecipando os grandes desafios do setor e defendendo os interesses do produtor rural – independentemente de partidos, regimes ou ideologias. Ao fazer parte da "Rural", como a entidade passou a ser chamada, o associado passa a ter uma visão privilegiada de como será o futuro do agronegócio no Brasil e no mundo.

Essa história, pela sua consistência, acabou levando produtores que atuavam em departamentos da SRB a assumirem papéis de liderança no setor público e, também, na iniciativa privada. A "Rural" é uma escola, um canal para troca de experiências e aprendizados que os seus membros levam para a vida. Olhando em retrospecto, sobram razões para se entender como uma pequena associação de produtores se tornou tão representativa, ganhou projeção nacional e influenciou tanto os rumos da política nacional. É uma trajetória centenária que, de fato, merece uma intensa celebração.

A seguir, apresenta-se uma breve homenagem com a descrição das iniciativas e das ações dos presidentes da entidade ainda presentes na história viva do agro.

COMEMORAÇÃO

Para celebrar o centenário, a SRB promoverá, em 30 de setembro, um evento especial na capital paulista. Os convidados vão reunir-se no Jockey Club de São Paulo, um dos principais patrimônios históricos da cidade, a partir das 19h, para uma grande solenidade de comemoração, marcada por um jantar, além de páreos de corrida de cavalo para homenagear as principais atividades do agronegócio. Para prestigiar a celebração, a entidade receberá os associados, ministros, secretários de Estado, autoridades e lideranças empresariais. Os interessados em reservas de mesa e cotas de patrocínio devem entrar em contato pelo telefone (11) 3123-0666 ou pelo e-mail contato@srb.org.br.



Flávio Teles de Menezes
(1984 a 1990)

É formado em Direito e empresário pecuarista da segunda geração da família. Na SRB desde o fim da faculdade, em 1969, e motivado pela liberdade da estrutura de uma entidade civil, iniciou a sua gestão em 1984, no fim do regime militar e na transição para a Nova República. Em tempos de Guerra Fria, pairavam dúvidas sobre qual seria o caminho seguido pelo Brasil, e agricultores temiam que uma proposta de reforma agrária servisse de pretexto para limitar a área e sacrificar propriedades rurais produtivas.

À época, Menezes reuniu-se com Roberto Rodrigues, então presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), e Alysson Paolinelli, então à frente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Juntos, os dirigentes formaram a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), uma articulação política do setor nos moldes da atual Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). "Foi lá que tudo começou; a representatividade política que temos hoje no setor não caiu do céu", explica Menezes.

O novo grupo garantiu representatividade aos produtores na Assembleia Nacional Constituinte, em que foram debatidas as bases da Constituição de 1988. A luta no Congresso Nacional assegurou que as propriedades produtivas não fossem suscetíveis de desapropriação no texto final, que, pela primeira vez, também previa um plano agrícola para o País.

Outro desafio do período foi convencer o Governo de que o congelamento de preços não era a medida mais eficiente para combater os surtos inflacionários, já que obrigava agricultores a venderem seus produtos abaixo do custo de

produção. Menezes também reuniu esforços para que o então presidente José Sarney dispensasse a licença para importação e exportação de produtos agrícolas, política que facilitou a saída da safra e motivou produtores a fazerem mais negócios no exterior. "É por conta da nossa luta que o agro sustenta a balança comercial, as contas públicas e o Produto Interno Bruto (PIB). Essa estrutura só ficou de pé porque fizemos os alicerces", comenta Menezes.



Pedro de Camargo Neto
(1990 a 1993)

É pecuarista e doutor em Engenharia de Produção e foi secretário da Secretaria Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPC/MAPA) de 2001 a 2002. Assumiu a presidência da SRB na semana anterior à posse de Fernando Collor de Mello e, logo, precisou conter os efeitos do plano econômico proposto pelo novo presidente da República.

As alterações na indexação da economia provocaram um grande desajuste. O descasamento entre os índices de ativo e passivo do agricultor criou subitamente uma dívida impossível de ser paga. Os preços agrícolas estabilizaram-se, e a dívida continuou a receber os reflexos da inflação, chegando a 84% em março de 1990. Após meses de tentativas frustradas de diálogo com o Governo, a SRB passou a recomendar aos agricultores que não mais contratassem crédito rural, em um discurso mais político do que real, já que muitos ainda estavam amarrados ao desonesto sistema.

No mesmo dia, ocorreu a abertura da economia ao exterior. De um lado, o governo federal propunha-se a não mais impedir a exportação. De outro, abria o mercado do consumidor brasileiro para a importação de produtos estrangeiros quase sempre subsidiados. A reação levou a SRB a protocolar o primeiro processo administrativo contra importações pela imposição de direitos compensatórios contra subsídios estrangeiros. "Passei a me interessar pelas distorções do comércio exterior, e, anos depois, iniciamos os primeiros processos na OMC contra a concorrência desleal", comenta Camargo Neto.

No seu mandato, ele se engajou na defesa sanitária animal, com a criação do Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado de São Paulo (Fundepec) dentro da sede da SRB, órgão que contribuiu para o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA). "A nossa participação ativa ajudou no crescimento das exportações de carne bovina, que sofriam com milhares de focos da doença na época.", conclui.



Roberto Rodrigues
(1994 a 1996)

Engenheiro-agrônomo e agricultor, foi ministro da MAPA de 2003 a 2006. Presidiu importantes organizações cooperativistas, como a OCB, a Organização Internacional das Cooperativas Agropecuárias (ICAO, na sigla em inglês) e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Aproximou-se da SRB na época da criação da FAAB.

No seu primeiro ano de gestão, abrigou, na sede da SRB, a recém-criada Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Em agosto de 1993, assumiu a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, quando, em parceria com a SRB e outras associações, promoveu a Agrishow (projeto original de Brasílio de Araújo Neto), hoje a maior feira do agronegócio da América Latina. Também firmou parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV) para a criação de um boletim semanal com dados econômicos do setor destinado a associados da SRB.

Ainda na sua gestão, empreendeu esforços junto ao então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) para fortalecer o direito à propriedade rural. "As invasões de terras eram mais frequentes e intensas; tínhamos no setor um País ainda mais dividido do que nos dias atuais", aponta Rodrigues. As pautas prioritárias sempre defendiam o produtor rural profissional.

Junto ao Governo, também buscou melhorias para as políticas públicas. "A agricultura foi a verdadeira âncora verde ao segurar a estabilização da economia no Plano Real, quatro anos depois do Plano Collor", testemunha o ex-ministro. Rodrigues coordenou o Fórum Nacional da Agricultura (FNA), criado por FHC, em que nasceram muitas das atuais

ações benéficas ao campo, como o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) e o programa de financiamento de armazéns nas propriedades rurais, além do importante estímulo ao cooperativismo de crédito.

Foi, ainda, incentivador da participação feminina e de jovens na SRB e teve forte presença junto à FPA, com intenso trabalho na formulação de leis complementares às decisões da Constituição de 1988.



João de Almeida Sampaio Filho
(2003 a 2008)

Economista e produtor rural nos estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná, Sampaio teve destacada atuação como líder de sindicatos rurais na década de 1990, sendo eleito presidente da Associação dos Produtores de Borracha de Mato Grosso e da Comissão Nacional da Borracha. Começou a frequentar a SRB de forma mais assídua a partir de 1999, a convite do então presidente Luiz Marcos Suplicy Hafers.

Assumiu a entidade em meio a um clima de incerteza no setor, com produtores inseguros com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais de 2002. No seu primeiro mandato, Sampaio aproximou a SRB de lideranças do Congresso para combater o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que liderava crescentes invasões em prol de uma flexibilização do direito à propriedade. "Nós nos dedicamos muito à interlocução com lideranças do Governo pela garantia do que chamávamos de direito de produzir", pontua Sampaio.

A nomeação de Roberto Rodrigues como ministro do Ministério da Agricultura facilitou a interlocução com o governo federal, abrindo caminho para aproveitar o *boom* das *commodities* e fortalecer a Federação das Associações Rurais do MERCOSUL (FARM), da qual a SRB é uma das fundadoras.

No seu segundo mandato, buscou o apoio de outras entidades setoriais (de carne, soja e suco de laranja), projetando o produtor brasileiro no mercado internacional. Lutou, ainda, pela rentabilidade da produção em uma época de crise nos preços e defendeu a qualificação dos agricultores.

Deixou o cargo para assumir a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo no início de 2007. "Tive a sorte de ter sido presidente; isso me engrandeceu e qualificou para uma série de desafios na minha vida", conclui.



Cesário Ramalho da Silva
(2009 a 2013)

Agricultor e pecuarista, associou-se à SRB em 1967 conduzido pelo avô, Ardelino Oliveira. Passou a se envolver mais com as pautas da entidade a partir de 1987, motivado pelo então presidente Flávio Teles de Menezes, tendo se tornado conselheiro e diretor da entidade.

No início do seu mandato na SRB, iniciavam-se, no Congresso Nacional, as discussões sobre a reforma do Código Florestal brasileiro. Com uma gestão fundamentada no debate pela conciliação entre produção agropecuária e preservação ambiental, aproximou-se da CNA e do relator do projeto na Câmara, Aldo Rebelo. A intenção era de que a nova legislação também contemplasse os desafios da rotina do produtor. Para aprovar o Código, a entidade articulou uma bancada de deputados ligados ao setor e participou de quase cem audiências públicas pelo País. "O Código Florestal assegurou ao agricultor brasileiro um passaporte de produção sustentável, referência para os compradores no mercado internacional", declara Ramalho da Silva.

Outra prioridade do mandato de Ramalho era trabalhar a imagem do agro brasileiro no exterior. Para isso, participou da primeira reunião do G20 agrícola, em Paris. "O agro brasileiro tem muitas ferramentas para se defender, mas ainda pode ter mais reconhecimento internacional", comentou. Liderou a criação do Global Agribusiness Forum (GAF), um dos principais congressos do setor no mundo, e presidiu a FARM.

Dentro da entidade, foi o criador da "Rural Jovem", um grupo que atuou na mobilização e no engajamento das novas gerações do setor. Em 2013, o grupo transformou-se no Comitê de Liderança e Juventude, estruturado por jovens atuantes no desafio de formar novas lideranças e gestores para o agro.



Gustavo Diniz Junqueira
(2014 a 2016)

De vínculo familiar histórico com a agricultura, trilhou carreira sólida na área financeira antes de se tornar um dos presidentes mais jovens da história da SRB. Começou a frequentar a entidade ainda jovem por influência do pai e do avô. Em 2008, associou-se e passou a ser mais presente nos Grupos de Trabalho.

Foi a primeira liderança do setor a apoiar publicamente o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. Para isso, propôs a união de associações de todos os segmentos em prol de uma pauta única no Congresso Nacional, baseada na liberdade econômica e no fim da interferência estatal.

Priorizou iniciativas para promover as vantagens competitivas e tecnológicas do agronegócio, defendendo que o produtor rural fosse reconhecido como um empreendedor do campo. Aproximou a entidade da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e aderiu ao movimento Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que trabalhou pelo protagonismo do agro brasileiro durante a Conferência do Clima em Paris (COP-21). Em linha com as discussões da Coalizão Brasil Clima e da COP-21, trouxe para a pauta de discussão da entidade a importância da sustentabilidade e de difundir a figura do produtor rural como o maior ambientalista do Brasil.

Na gestão de Junqueira, a entidade entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter a decisão que veta a venda de terras para investidores estrangeiros. Criou, ainda, a Câmara de Mediação e Arbitragem (CARB), o primeiro centro de resolução de conflitos do Brasil focado em controvérsias da cadeia produtiva do agronegócio e que foi, posteriormente, incorporado pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial-Brasil (CAMARB). Também reestruturou a estratégia de comunicação, aproximando a SRB de um público mais amplo e formador de opinião nos grandes centros urbanos.



Marcelo Weyland Barbosa Vieira
(2017 a 2019)

Produtor de café, cana-de-açúcar e pecuarista no sul de Minas, empresário rural e executivo, iniciou a sua participação nas reuniões do Departamento de Café da entidade na década de 1990. Na época, era presidente da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês), e as associações do setor começavam a estruturar o programa de promoção dos cafés do Brasil no exterior.

Na sua gestão na SRB, Vieira prioriza pautas em defesa do produtor rural como elemento-chave para transformar o País no maior supridor de alimentos do Planeta. "Ainda precisamos combater o custo Brasil e o excesso de regulação e burocracia, que são grandes barreiras para novas oportunidades", comenta.

Ciente dos problemas envolvendo a situação tributária do País, posicionou a entidade como porta-voz de assuntos referentes à cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), aos debates sobre o fim da Lei Kandir e à reformulação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Conduziu a SRB em ações no STF em defesa do Código Florestal, contra a tributação de exportações indiretas e sobre o manejo de javalis.

Em parceria com a Polícia Militar Ambiental, organizou debates em diversas cidades do interior de São Paulo sobre estratégias para a ampliação da segurança pública no campo. Defendeu o aprimoramento da estrutura de formação de trabalhadores do agro para modernizar os modelos de produção, envolvendo novas tecnologias e exigindo uma gestão eficiente. Priorizou, ainda, a promoção da imagem internacional da produção brasileira e o acesso aos principais mercados em parceria com a Apex-Brasil e o MAPA, por meio do Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (Pam Agro).

Com a transição para o governo de Jair Bolsonaro na Presidência da República, Vieira aproxima ainda mais a entidade dos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. É defensor da necessidade de reformas trabalhista, previdenciária e tributária como condicionantes para o desenvolvimento do setor. "As reformas estão avançando e serão determinantes para um agro mais forte e competitivo", conclui. ■



SHUTTERSTOCK

O AGRO E O MEIO AMBIENTE

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

MUITO TEM se falado nas últimas semanas, no Brasil e no mundo, sobre a forma com que o Brasil deve preservar as suas áreas de vegetação nativa, principalmente a Floresta Amazônica, tida por muitos como um patrimônio mundial da humanidade. Diante de inúmeras informações – algumas verídicas, outras consideradas meias verdades e outras tantas totalmente desconexas com a realidade –, é necessário que se contextualize todo o problema para que se possa lançar uma luz sobre o assunto.

Desde meados de maio último, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) já alertava para um aumento expressivo no número de focos de desmatamento detectados pelo sistema DETER-B, desenvolvido pelo próprio Instituto para realizar aferição diária de tal tipo de foco, para direcionamento de ações de campo pelos órgãos ambientais. Fato é que, assim que esse dado veio a público, organizações não governamentais (ONGs) e veículos de mídia imediatamente começaram a noticiar esses aumentos expressivos, vinculando-os com a política ambiental do governo federal, lembrando de discursos e pronunciamentos feitos pelo presidente Jair Bolsonaro nesse sentido e indicativos de desmonte dos órgãos ambientais de controle, que estariam assim impossibilitados, por falta de recursos, de atuar como deveriam para coibir essas atividades. O Governo questionou os dados do INPE, e a discussão acabou culminando com o pedido de demissão por parte do diretor do Instituto, Ricardo Galvão.

Indo adiante na dinâmica de desflorestamento na Amazônia, é reconhecido pela ampla maioria dos especialistas que o fator humano é invariavelmente presente na ignição dos incêndios florestais da região, devido a fatores fitoclimáticos, havendo grande quantidade de umidade na vegetação mesmo nos períodos de estiagem, diferentemente do que ocorre, por exemplo, no Cerrado brasileiro. Desta forma, é evidente a ligação entre os focos de desmatamento evidenciados em maio e as queimadas observadas agora nos meses de julho e agosto, pois existe uma cultura amplamente difundida no campo de se utilizar fogo para "limpar" áreas desflorestadas, seja qual for a finalidade que se tem para o uso de tais terras.

As queimadas na Amazônia neste ano, apesar de não estarem em níveis acima dos recordes históricos, ocorridos entre 2002 e 2004, estão bem acima dos níveis observados nos últimos anos. Somado às declarações recentes do governo federal, esse alto índice de focos de queimada chamou a atenção da imprensa mundial e foi o centro das discussões do G7

– grupo formado pelas sete principais economias mundiais –, por desejo do presidente da França e anfitrião do encontro, Emmanuel Macron, que clamava por uma união dos países desenvolvidos para conter os avanços da destruição causada pelo fogo e pelo desmatamento na Amazônia.

É correto e legítimo o posicionamento do governo brasileiro de querer explorar a floresta como forma de desenvolvimento econômico para a população que lá vive e que abarca cerca de 20 milhões de pessoas. Entretanto, é correto, também, afirmar que existe uma grande preocupação mundial sobre a forma e a escala em que isso será feito, levando em consideração o papel da maior floresta tropical do Planeta para equilibrar as ações no sentido de combater as mudanças climáticas.

São duas posições legítimas e que, com base num diálogo construtivo, podem e devem convergir. Porém, num momento de dicotomia política, ambas as posições se encontram alojadas nos discursos dos extremos, longe da possibilidade de uma discussão sensata e transparente para que possam caminhar juntas.

E, no meio de toda essa discussão, o agronegócio brasileiro, grande motor econômico do País na última década, viu-se ameaçado. Primeiro, num discurso inflamado do presidente francês cobrando por sanções aos produtos brasileiros como forma de pressão para mudar a intensidade do combate ao desmatamento da Amazônia por parte do governo federal. Tal posicionamento foi duramente criticado pelo Brasil e por outros países, inclusive membros da União Europeia (UE) que não concordaram que sanções ou mesmo ameaças ao recém-firmado acordo de livre-comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a UE seriam formas adequadas de tratar o assunto. O G7 concordou em enviar ajuda financeira no valor de US$ 20 milhões para auxiliar no combate às queimadas na Amazônia não só no Brasil, mas também em outros países vizinhos, como Bolívia e Colômbia.

No intuito de mitigar possíveis movimentações para a aplicação de sanções ou, ainda, um eventual boicote aos produtos brasileiros, o setor privado já vem se organizando, há mais de uma década, para garantir a sustentabilidade e a rastreabilidade da sua cadeia de fornecedores. No caso específico da soja na Amazônia, o setor exportador, desde 2006, representado pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), juntamente à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), entidade representante da indústria processadora de grãos, e organizações representantes da sociedade civil, pactuou que as empresas associadas a essas entidades não mais comercializariam ou financiariam soja produzida em áreas abertas após a assinatura desse acordo que ficou conhecido como Moratória da Soja. Na prática, esse compromisso estabeleceu uma política de desmatamento zero na cadeia de fornecedores de soja para mais de 85% do poder de compra de soja no Brasil, representado por ANEC e ABIOVE. Tal compromisso está vigente desde então, sendo anualmente auditado por empresas independentes e verificado por membros de uma comissão composta por representantes do setor privado e da sociedade civil.

Desde a implementação da Moratória da Soja, o seu monitoramento demonstrou que apenas 1,5% do desmatamento ocorrido no bioma Amazônia após julho de 2008 – data de corte estabelecida pelo Código Florestal – foi utilizado para sojicultura, demonstrando que a soja não é um vetor significante para o desmatamento da região e que existem meios já implementados para retirar da cadeia de fornecedores o ínfimo de soja que é produzido em desacordo com a Moratória.

Independentemente da direção que irá tomar a discussão acerca da forma com que será explorada a região amazônica, o setor de soja já demonstrou, nos últimos dez anos, o seu compromisso com o combate ao desmatamento na sua cadeia e o seu alinhamento com a demanda mundial pela produção de alimentos em consonância com a preservação ambiental.

TABELAMENTO DE FRETES: A TEMPESTADE PERFEITA



FREDERICO FAVACHO
Assessor jurídico da ANEC e sócio
da Mattos Engelberg Advogados

A expressão "tempestade perfeita" (do inglês, "*perfect storm*") refere-se à situação na qual um evento, em geral não favorável, é drasticamente agravado pela ocorrência de uma rara combinação de circunstâncias, transformando-se em um desastre.

Em maio de 2018, movidos principalmente pela insatisfação com os reajustes do preço do diesel, empresas de transportes e caminhoneiros autônomos fizeram uma greve que paralisou o País e impactou negativamente o PIB brasileiro em aproximadamente 1,5%.

Para pôr fim ao movimento grevista, o Governo fez duas concessões importantes: comprometeu-se a uma política de subsídio do diesel e editou a Medida Provisória (MP) nº 832, de 27 de maio de 2018, que estabeleceu a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, posteriormente convertida na Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018.

Em atenção aos comandos da MP nº 832, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) editou a Resolução nº 5.820, de 30 de maio de 2018, que trazia, no seu Anexo II,

uma tabela de fretes com valores por eixo e por distância, acima do praticado pelo mercado.

Começou a se armar a tempestade perfeita

Embora o movimento grevista tenha sido debelado naquele momento, o tabelamento de fretes gerou inevitáveis questionamentos, como as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que correm no Supremo Tribunal Federal (STF), propostas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

Empresas e associações também recorreram ao Judiciário para barrar a aplicação da tabela de fretes. No meio dessa grande movimentação judicial, o relator das ADIs, o ministro Luiz Fux, determinou a suspensão de todas as ações que tivessem por objeto discutir a validade da MP nº 832, da Lei nº 13.703 e da Resolução nº 5.820 até a decisão daquelas ações no STF.

Com as discussões sobre a constitucionalidade do tabelamento de fretes e a validade da Resolução ANTT suspensas, tal Agência seguiu pressionada pelo Governo e pelos caminhoneiros a dar cumprimento à tabela e, em 9 de novembro, publicou a Resolução nº 5.833, fixando multas para quem não cumpre a tabela, no valor de duas vezes a diferença entre o valor pago e o piso devido com base na Resolução.

A tempestade se avolumava

A ANTT passou a fiscalizar e multar empresas que estavam contratando por valores inferiores à tabela de maio de 2018. Em 24 de abril de 2019, às vésperas do aniversário de um ano da greve e novamente pressionada pelas ameaças dos caminhoneiros, a ANTT publicou a Resolução nº 5.842, atualizando a tabela de fretes para início de vigência imediato.

Ocorre que, àquela altura, a invalidade da tabela já era amplamente apontada, seja em razão da sua revogação pela Resolução nº 5.822, seja por não ter sido recepcionada pela Lei nº 13.703, que determinou os critérios técnicos e os procedimentos administrativos para a edição de uma tabela válida.

A própria Resolução nº 5.842 atropelou o aviso de chamamento para a Audiência Pública nº 2/19 e a divulgação da Nota Técnica nº 108/19, acompanhada de uma minuta de resolução e um relatório técnico elaborado pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ-LOG/USP).

O resultado das contribuições de tal Audiência Pública e do trabalho do ESALQ-LOG foi a edição da Resolução nº 5.849, publicada em 16 de julho de 2019. E, como era esperado, a tabela que acompanhou esta última Resolução ficou abaixo dos valores da tabela anterior e desagradou o movimento dos caminhoneiros.

A insatisfação dos caminhoneiros já vinha acumulando-se à medida que o tabelamento do frete vinha se mostrando uma solução ineficiente para atender as pretensões da categoria. De fato, o aumento do frete não alterou uma situação de mercado preexistente: o excesso de oferta de fretes em relação a uma demanda sazonal no transporte de *commodities* agrícolas e o incremento no uso de outros modais (ferroviário e aquaviário), como, por exemplo, o crescimento das exportações de grãos pelo chamado Arco Norte.

Pressionado pela ameaça de uma nova paralisação dos caminhoneiros, o ministro do Ministério da Infraestrutura, em 27 de julho último, encaminhou um ofício à ANTT requerendo a suspensão da nova tabela, no que foi prontamente atendido, com a publicação da Resolução nº 5.849, em que a Diretoria Colegiada da Agência suspendeu cautelarmente a vigência da



Resolução nº 5.821 e restaurou a vigência da tabela prevista na Resolução nº 5.820.

Ocorre que todas as fragilidades e as irregularidades daquela antiga tabela ficaram ainda mais visíveis depois da publicação do trabalho do ESALQ-LOG, e a permanência de tal tabela tornou-se, assim, insustentável.

Enquanto o STF não julga a constitucionalidade do tabelamento, o impasse continua e cresce a cada dia. Em uma nova tentativa de apaziguamento das relações entre caminhoneiros e embarcadores, o Ministério da Infraestrutura propôs a negociação direta entre os representantes dos setores econômicos envolvidos para a construção de uma tabela referencial a ser adotada para os novos fretes, mas vem encontrando resistência de parte a parte em razão das dificuldades criadas pelo próprio marco legal atual.

A tempestade está longe de terminar. ■

ASSEMBLEIA ANUAL DA IGTC

A International Grain Trade Coalition (IGTC) é uma coalizão internacional que trabalha para facilitar o comércio mundial de grãos. A ANEC é a única instituição brasileira representada na IGTC. Esta possui como membros os principais agentes de comercialização de grãos e trata de diversos assuntos referentes ao tema. Reunir-se-ão, em 6, 7 e 8 de novembro, em São Paulo, representantes do mais alto escalão do comércio internacional de grãos. Junto a esse evento, serão promovidos, também, uma visita ao Porto de Santos e o comparecimento ao evento intitulado São Paulo Grains Forum (que ocorrerá no dia 7), na Embrapa Territorial, em Campinas, aberto ao público interessado.



SHUTTERSTOCK

CONGRESSO DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL: O MAIOR DO MUNDO PROJETA CRESCER ATÉ 2020

A edição 2019 confirmou recordes, definiu que fica em Sertãozinho e ganhou uma agenda para os próximos doze meses, preparando uma programação latino-americana para o ano que vem.

Congresso da Aviação Agrícola do Brasil

O CONGRESSO da Aviação Agrícola do Brasil (Congresso AVAG) atingiu um novo patamar a partir da edição deste ano em Sertãozinho, no interior paulista. O até então maior evento aeroagrícola do Brasil se tornou o maior do mundo, ganhou consistências política e estratégica e, ainda, alinhavou um rol de articulações e pesquisas a serem trabalhadas nos próximos doze meses. Portanto, a programação, que ocorreu de 30 de julho a 1º de agosto, no Centro de Eventos Zanini, não acabou totalmente na verdade.

Mais do que isso, o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG), que realiza o Congresso AVAG, definiu que o evento continua na cidade para o ano que vem, já com grandes expectativas. "Conforme o calendário do Comitê Mercosul e Latino-americano de Aviação Agrícola,



JUNIOR DAGOSTIN/SINDAG

Cerca de 3,1 mil pessoas circularam entre os 143 expositores da mostra de tecnologias e equipamentos e acompanharam as 42 palestras e os cinco fóruns do evento

o encontro brasileiro terá abrangência continental em 2020 (marcado para 28 a 30 de julho)", explica o diretor executivo da entidade, Gabriel Colle.

Por ora, o SINDAG ainda festeja o público de 3,1 mil pessoas que circularam entre os 143 expositores da mostra de aeronaves, tecnologias e equipamentos e que acompanharam as 42 palestras e os cinco fóruns de discussão – o Científico, o Político, o sobre o uso de *drones*, o sobre a falta de gasolina de aviação (*avgas*) e o sobre tecnologias de aplicação. "Mesmo sem estar em um aeródromo, o Congresso 2019 teve mostras de aviões e *drones*, experiências em voos por meio de realidade virtual e demonstrações práticas de combate a incêndios com aeronaves. Ou seja, aumentamos a vitrine para empresários aeroagrícolas, pilotos, produtores rurais, pesquisadores e todo o público que orbita esse mercado", destaca Colle.

A programação contou com representantes de onze países e de 105 empresas aeroagrícolas – mais de 60% das associadas do SINDAG e em torno de 40% das 253 empresas do setor existentes no País. Além disso, só o volume de visitantes e expositores significou um crescimento de 30% do evento desde a edição de 2018 (ocorrida em Maringá-PR) e mais de 120% desde 2016 (em Botucatu-SP, passando, no ano seguinte, por Canela-RS), quando o SINDAG assumiu diretamente toda a realização do Congresso – o evento sempre foi da entidade, mas, antes, ela terceirizava a sua organização.

PERSPECTIVAS E CENÁRIOS MAIS CLAROS A PARTIR DE UM 2019 DECISIVO

Atualmente, o Brasil tem o segundo maior mercado mundial de aviação agrícola, com uma frota de 2,2 mil aeronaves – atrás apenas da dos Estados Unidos, que tem 3,6 mil aeronaves, e a expectativa por aqui é de alta nos próximos anos no setor. "Fazendo uma análise simplista, a partir do crescimento previsto de 240 milhões de toneladas de grãos (na safra 2019/20) para 300 milhões em dez anos (segundo o Ministério da Agricultura), o País necessitaria de duzentas a quatrocentas novas aeronaves para sustentar essa projeção com incremento de produtividade aliado a segurança ambiental", avalia o presidente do SINDAG, Thiago Magalhães.

Tal cenário de crescimento agrícola esteve presente em praticamente todos os debates ocorridos no Congresso em Sertãozinho e, também, foi sublinhado na apresentação do diretor técnico da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Luiz Antonio Pinazza, no primeiro dia da programação. Com o tema Agro: um momento decisivo, Pinazza debruçou-se sobre o cenário de transição verificado neste ano, abrangendo o fortalecimento das instituições, a sinalização de maior liberalismo econômico, além do início de reformas estruturantes (como o projeto de reforma da previdência).

"A reforma da previdência gerou um movimento econômico positivo, com melhoria na bolsa de valores e no câmbio", destacou o representante da ABAG sobre o que seria a base para uma recuperação gradual. "Desde 2014 até agora, o Brasil tem tido um Produto Interno Bruto (PIB) baixo: veio negativo em 2015 e 2016 e ficou na faixa de 1% em 2017 e 2018, devendo ficar perto disso também neste ano". Por outro lado, Pinazza lembrou que o agronegócio representa 23% do PIB nacional (R$ 1,6 trilhão), a partir da produção de alimentos, fibras e biocombustíveis.

"E 12% do PIB do agronegócio é da indústria de insumos, exatamente onde atua o setor aeroagrícola", pontuou o palestrante. Ele lembrou, ainda, que o Brasil é o terceiro maior exportador de produtos agrícolas, atrás dos Estados Unidos e da União Europeia (UE) – que, na verdade, é o somatório de 23 países –, havendo boas perspectivas a partir do acordo entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a UE. E, ao mesmo tempo, o País sofre pressões pela questão ambiental.



ANDERSON MACHADO/SINDAG

Pinazza, diretor técnico da ABAG, abordou o cenário de transição existente no País e as suas influências no agro

PESQUISAS PARA MELHORIA CONTÍNUA E COMBATE A MITOS

Além de ter ganhado em termos de estratégia de mercado, o Congresso AVAG 2019 apresentou um saldo positivo na geração de conhecimento também, especialmente em duas frentes prevendo desdobramentos até 2020. A primeira delas é o Fórum Científico, que resultou em um documento sugerindo linhas de pesquisa para suprir demandas técnicas mais imediatas do setor. Já a segunda foi o encontro entre representantes do SINDAG, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para ampliar pesquisas realizadas entre 2013 e 2017 no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste.

Sobre o Fórum, a coordenação ficou a cargo do professor Maurício Pasini, da área Experimental da Universidade de Cruz Alta (Unicruz), no Rio Grande do Sul. Após um levantamento prévio sobre pesquisas aeroagrícolas no País, ele completou as informações, nos três dias do evento, ouvindo operadores, técnicos e pesquisadores que foram a Sertãozinho. O resultado foi um apanhado de demandas por estudos que possam melhorar técnicas ou comprovar a eficiência da aviação – com foco em prevenir ou reverter os estereótipos. A lista de sugestões de pesquisas está sendo divulgada entre universidades brasileiras, e a expectativa é de que, no ano que vem, se tenha um balanço positivo de estudos em andamento.

PROJETO REDAGRO

Já o encontro entre SINDAG, Embrapa e MAPA teve como foco buscar apoio governamental para retomar o projeto Redagro, como é chamado o trabalho encerrado em 2017 que abrangia lavouras de arroz, soja e cana-de-açúcar. Foi a maior pesquisa da indústria de aviação agrícola já realizada no Brasil e que, em junho deste ano, ainda resultou na publicação de uma nota técnica reforçando a importância e a segurança da aviação – além da necessidade de o País discutir uma estratégia de segurança alimentar livre de paixões ideológicas.

A conversa envolveu o secretário executivo do SINDAG, Júnior Oliveira, o pesquisador Wellington de Carvalho (da Universidade Federal de Lavras – UFLA), o pesquisador da Embrapa e coordenador do Redagro, Paulo Cruvinel, a coordenadora de Aviação Agrícola da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA), Uéllen Lisoski Duarte Colatto, além de outros representantes do Ministério. Agora, o tema deve voltar à pauta nos gabinetes em Brasília.


CASTOR BECKER JÚNIOR/SINDAG

Encontro entre pesquisadores e representantes do SINDAG e do MAPA teve como foco a retomada do projeto Redagro

MOVIMENTAÇÃO NOS ESTANDES ANIMA EXPOSITORES NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Entre os visitantes do Congresso AVAG 2019, a maioria aproveitou a vitrine para conhecer os fornecedores e os produtos, fechando negócios na feira ou (como na maioria dos casos) deixando para negociar depois. Este último é o caso do empresário sul-africano Eugene Kalafatis, que veio pela segunda vez ao evento promovido pelo SINDAG. "A feira em Sertãozinho está definitivamente bem maior. Há muito mais pessoas aqui", comentou, comparando à edição de 2018, visitada por ele em Maringá-PR.

Cliente da gaúcha TRAVICAR, cujo estande visitou no evento e de quem comprou um sistema de pulverização eletrostático (SPE), Kalafatis ressaltou que vem ao Brasil também para aprender. "O País é realmente um líder quando se trata de

agricultura, e são muitas as ideias que levamos à África do Sul após visitar o Congresso", destacou o empresário, que trata 76 mil hectares de lavouras (especialmente de cana-de-açúcar) com helicópteros no seu país.

Já entre os grandes expositores, o presidente da norte-americana Air Tractor (maior fabricante mundial de aviões agrícolas), Jim Hirsch, é figura frequente no evento. E ele reforçou a importância do encontro brasileiro. "O Congresso promovido pelo SINDAG é o segundo mais importante evento do qual a Air Tractor participa anualmente. Tem sido muito benéfico para nós e continua a crescer, assim como a nossa base de clientes no País", destacou o executivo texano. O Brasil é vice para a Air Tractor em evento e em mercado, atrás apenas dos Estados Unidos, mas com fôlego para crescer. A fabricante fornece aviões turbo-hélices, segmento que, no País, cresce duas vezes mais do que o incremento total da sua aviação agrícola (que foi de 3,74% em 2018).


ANDERSON MACHADO/SINDAG

Contato pessoal com toda a cadeia aeroagrícola é um diferencial importante na vitrine do evento

O otimismo de mercado tomou conta, também, de empresas nacionais de todos os portes, como a paranaense Gusmang Mangueiras Aeronáuticas. "Participamos do Congresso desde a edição de 2017 (ocorrida em Canela-RS). Sempre conseguimos novos clientes e fizemos muitos negócios", conta o empresário Gustavo Aluísio de Paula. Além da vitrine, o diferencial do evento, para ele, é o contato pessoal com toda a cadeia aeroagrícola. "É onde os operadores podem conhecer de perto os nossos produtos", um *feedback* que julga importantíssimo e do qual o empresário não quer mais abrir mão. "Já reservamos o nosso estande para 2020", assinala.

AÇÕES INSTITUCIONAIS EM FOCO E ESPAÇO PARA ESCOLAS E *START-UPS*

No quesito de comunicação e imagem do setor aeroagrícola, a programação do Congresso AVAG em Sertãozinho também buscou destacar ações do SINDAG e de entidades parceiras do setor produtivo, ao mesmo tempo em que procurou levar mais a sociedade para dentro do evento. Na divulgação de boas práticas, deve-se dar ênfase à assinatura do convênio entre o sindicato aeroagrícola, a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), logo na abertura do evento.

O acordo entre as três entidades tem como objetivo compartilhar experiências para a melhoria das rotinas ambientalmente sustentáveis nas lavouras de cana-de-açúcar, além de incentivar os produtores rurais e as usinas de cana a optarem por operadores agrícolas comprometidos com a boa imagem do setor e com os programas de qualificação do SINDAG.

Já no corpo a corpo com a sociedade, valeu, inclusive, levar estudantes desde a educação básica do município para


CASTOR BECKER JÚNIOR/SINDAG

Óculos de realidade virtual levaram visitantes para dentro de um voo agrícola

visitarem, em grupo ou com suas famílias, o pavilhão da mostra de tecnologias e equipamentos. Lá, todos puderam, por exemplo, experimentar a sensação de estar dentro de um voo agrícola, por meio do uso de óculos de realidade virtual. Além disso, puderam conferir a exposição de aviões ou as demonstrações aéreas na parte externa do Centro de Eventos Zanini. No caso das crianças, puderam brincar com aviões em miniatura e revistas de colorir.

Outra novidade que potencializou a exposição positiva do setor aeroagrícola foi a abertura para mais entidades exporem seus trabalhos – de universidades a escolas técnicas e, até mesmo, *start-ups*. Uma das consequências foi a participação, entre os visitantes do Congresso, de alunos ligados a mais de cinquenta instituições de ensino, de todos os níveis e de diversas regiões. Além disso, houve atrações como o laboratório móvel de aviônica da Escola SENAI "Ettore Zanini", de Sertãozinho. "Trabalhos, inovações e curiosidades que aumentam o interesse tanto por parte de futuros profissionais, quanto por parte de pessoas que simplesmente passam a entender mais facilmente o setor", destacou o diretor Gabriel Colle. "Isso, por sua vez, gera um círculo virtuoso muito importante para o desenvolvimento desse mercado", completou.

ARTICULAÇÃO POLÍTICA EM TORNO DO SETOR GANHOU AMPLITUDE EM SERTÃOZINHO

No aspecto político, para o deputado federal e ex-secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo Arnaldo Jardim (Cidadania/SP), "o Congresso AVAG surpreendeu a todos, principalmente pela sofisticação em tecnologias e equipamentos embarcados". Jardim representou oficialmente a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no evento, palestrando sobre o trabalho do grupo (que reúne 257 deputados federais e senadores). "A maior potência agrícola do mundo precisa da aviação agrícola bem fundamentada, e o Congresso realizado pelo SINDAG aponta-nos isso", ressaltou o parlamentar.

A relevância da discussão foi destacada, também, pelo deputado estadual gaúcho Gabriel de Souza (MDB), que integrou a mesa do Fórum Político, ocorrido no último dia do Congresso AVAG. "Participei como membro da Comissão de Meio Ambiente e Saúde da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para conhecer a atividade. Fiquei impressionado com a quantidade e o altíssimo nível das tecnologias que compõem esse setor". Ele foi categórico, ainda, sobre os mitos em torno da atividade aeroagrícola: "Impressões que rapidamente são desmontadas à medida que as pessoas conhecem a atividade e percebem toda a tecnologia existente para garantir a segurança ambiental".

O prefeito anfitrião, José Alberto (Zezinho) Gimenez, se disse cativado pelo tamanho e pela qualidade do setor aeroagrícola. "Apesar de estar em meu quarto mandato, em um município tão ligado à qualidade do setor sucroalcooleiro (altamente dependente da aviação), me surpreendeu o tamanho desse mercado e o quanto ele ainda deve crescer em pouco tempo". E, é claro, ele ficou feliz quando soube que o apoio do município ao evento – desde a boa estrutura para a feira até o empenho da Prefeitura na sua divulgação e na mobilização das entidades – foi determinante para a edição 2020 permanecer em Sertãozinho.

"Foi uma surpresa boa! Sinal de que temos uma boa estrutura para o Congresso, com um comércio forte, uma boa rede de hotéis e bons prestadores de serviços; sem falar na expectativa que um evento desses gera na região", completou Gimenez.



CASTOR BECKER JÚNIOR/SINDAG

O Fórum Político reuniu parlamentares do estado e de municípios, entre outras autoridades

EMOÇÃO NA HOMENAGEM AOS GRANDES VULTOS DO SETOR AEROAGRÍCOLA

Um dos momentos mais emocionantes do Congresso AVAG foi a entrega da medalha Mérito Aviação Agrícola durante o Jantar da Aviação Agrícola, realizado no primeiro dia do evento. A cada ano, desde 2017, o SINDAG destaca personalidades que, em sua trajetória profissional ou pessoal, ajudaram a desenvolver o setor aeroagrícola brasileiro. Neste ano, os homenageados foram o ex-presidente do SINDAG Euclides De Carli (*in memoriam*), o professor, pesquisador e consultor Wellington Pereira Alencar de Carvalho e o coronel-aviador Marialdo Rodrigues Moreira (*in memoriam*).

Marialdo Moreira foi um dos principais responsáveis pela organização e pela regulamentação da aviação agrícola brasileira há mais de cinquenta anos. O filho de Marialdo, Marvin Rodrigues Moreira, recebeu a medalha do pai acompanhado da mãe, dona Celeste. "Foi uma emoção muito grande recebermos em nome do meu pai uma homenagem desse calibre. É muito bom ver que, mesmo passados tantos anos [Marialdo faleceu em 2007], ele ainda é lembrado pelo setor", comentou.

Já para o professor Wellington de Carvalho, a medalha entregue a ele condensa vários personagens nos seus mais de 35 anos de envolvimento com a aviação agrícola. "O agradecimento especial vai para o professor José Carlos Christofoletti (que também já recebeu a distinção), que me guiou nos primeiros passos no setor, e para a minha família, comigo o tempo todo e, muitas vezes, suportando a ausência durante andanças pelo País", destacou. Consultor do SINDAG e um dos coordenadores do programa Certificação Aeroagrícola Sustentável (CAS), Carvalho é uma das maiores autoridades no Brasil sobre tecnologia aeroagrícola.

Já a medalha dedicada a Euclides De Carli (falecido em junho deste ano) foi recebida pelo sobrinho, o empresário aeroagrícola Rodrigo Fernandes. "Foi uma pessoa que fez muito pelo setor, e, se estamos aqui hoje, é um pouco graças a ele", destacou. De Carli foi membro do grupo fundador do SINDAG, em 1991. Ele teve um papel relevante na estruturação da entidade para atender as demandas dos empresários do setor. ■



CASTOR BECKER JÚNIOR/SINDAG

Marvin (de paletó) e dona Celeste (segurando a medalha) ficaram tocados pelo carinho do setor com o trabalho de Marialdo Moreira

DIVULGAÇÃO CESB

CESB
COMITÊ ESTRATÉGICO SOJA BRASIL



A HISTÓRIA ANTES E DEPOIS DA SOJA

O desenvolvimento agroindustrial brasileiro pode ser dividido em duas fases: antes da soja (até 1970) e depois da soja – um fenômeno comparável com o ciclo da cana-de-açúcar e o do café em distintos períodos dos séculos XVII a XX.

A cultura de soja trouxe mudanças sem precedentes na agricultura, com a mecanização das lavouras, a modernização do sistema de transportes e a expansão da fronteira agrícola. Houve uma profissionalização e um incremento do comércio internacional, além de um enriquecimento da dieta alimentar da população. Ademais, a cultura melhorou a tecnologia na produção de milho e promoveu a expansão da produção da avicultura e da suinocultura.

Na dinâmica da agricultura, a produção de soja e outros grãos concentrou-se nas grandes propriedades da região Centro-Oeste. As pequenas e as médias unidades da região Sul passaram a migrar para atividades agrícolas mais rentáveis (leite, aves, suínos, frutas, hortaliças e ecoturismo, entre outras) e intensivas no uso de mão de obra.

PICOS DE PRODUTIVIDADE

Criado em 2008, o Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB) cumpre um importante papel na sojicultura nacional. Com o programa Desafio Nacional de Máxima Produtividade de Soja, a entidade estimula práticas inovadoras para ultrapassar a média nacional e atingir recordes de produção. Todo regulamentado, o modelo baseia-se no concurso realizado pela American Soybean Association (ASA), que representa os produtores de soja dos Estados Unidos.

Durante os dez anos de existência do CESB, as áreas avaliadas dos seus primeiros colocados tiveram, tanto na média, como na taxa de crescimento da produção por hectare, desempenhos superiores ao da média nacional apurada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Em consonância com os trabalhos do CESB, os dados apurados mostram o potencial produtivo da cultura – um resultado da força e da coragem dos produtores para tornar o Brasil mais fortalecido no âmbito mundial do setor.

SOJA: PRODUÇÃO POR HECTARE ENTRE AS SAFRAS 2008/09 E 2018/19

FONTE	Variação	Taxa de crescimento anual
CESB[1]	77,8 a 109,4 sacas	4,9%
Conab[2]	43,8 a 56,0 sacas	3,5%

1 Média entre as áreas avaliadas;
2 Média das áreas no Brasil

CAMINHADA DE CAMPEÃO

O Brasil está próximo de ser o maior produtor mundial de soja, graças à aplicação de tecnologias de alta produtividade nas propriedades. O CESB acredita nesse cenário. As suas ações sempre visam a uma maior rentabilidade do sistema produtivo, com o aproveitamento racional, sustentável e eficiente dos recursos naturais.

Na soja, o País divide com os Estados Unidos o posto de maior produtor. Segundo dados da Conab, 59% das nossas áreas de cultivo de grãos estão ocupadas por plantações da oleaginosa.

Os trabalhos de incentivo da produção do CESB buscam criar um ambiente para estimular os sojicultores e os consultores técnicos a desafiarem os seus conhecimentos. A meta é o aumento sustentável da produtividade da soja.

A premiação estimula o produtor a utilizar as suas áreas de cultivo como um espaço de pesquisa para colocar em prática novas formas de produção, com tecnologias inovadoras, ou seja, produzir mais no mesmo terreno de cultivo sem provocar desmatamentos. Tudo acompanhado, avaliado e auditado pelos técnicos do CESB.

RESULTADOS DA SAFRA 2018/19

Os campeões foram conhecidos em 18 de junho último, em Londrina-PR, durante a realização da 11ª edição do Desafio Nacional de Máxima Produtividade de Soja.

Cultivada em todas as regiões do País, a soja demonstra uma espetacular adaptabilidade às condições climáticas e edafológicas dos biomas nacionais. As inscrições apuradas corresponderam a 11,5% (4,14 milhões de hectares) da área total plantada (36,00 milhões de hectares).

O CESB CONTRIBUI PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DA SOJA NO BRASIL, COM A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS PARA OS PRODUTORES OBTEREM MAIORES PRODUTIVIDADE E RETORNO NAS SUAS ÁREAS DE PLANTIO.

CAMPEÃO NACIONAL
Produtor Maurício de Bortoli, de Cruz Alta-RS, com 123,88 sacas por hectare, mais do que o dobro da média nacional, de 53,40 sacas, segundo a Conab. É o primeiro ano em que a premiação do CESB contempla uma área irrigada.

CAMPEÃO DA CATEGORIA SEQUEIRA NA REGIÃO SUL
Família do produtor Rafael Tolotti, de Erval Seco-RS, com 123,50 sacas por hectare.

CAMPEÃO DA CATEGORIA SEQUEIRA NA REGIÃO SUDESTE
Produtor Matheus Grossi Terceiro, de Patrocínio-MG, com 110,45 sacas por hectare.

CAMPEÃO DA CATEGORIA SEQUEIRA NA REGIÃO CENTRO-OESTE
Produtor Alexandre Baumgart, CEO do grupo da Fazenda Reunidas, de Rio Verde-GO, com 108,74 sacas por hectare.

CAMPEÃO DA CATEGORIA SEQUEIRA NA REGIÃO NORTE-NORDESTE
Produtor João Antonio Gorgen, de Riachão das Neves-BA, com 96,86 sacas por hectare.

PASSOS PARA O FUTURO DA LAVOURA



LEONARDO SOLOGUREN,
diretor-presidente do CESB

De grande importância nos âmbitos nacional e internacional, a soja responde por quase 50% do resultado da balança comercial brasileira. Tivemos um crescimento bastante expressivo nos últimos anos em termos de produção e área plantada. Se considerarmos os últimos dez anos, a soja cresceu 14 milhões de hectares em área plantada no Brasil, ou seja, um aumento médio de 5,3%. Em termos de produção, houve um crescimento de 45,7 milhões de toneladas, principalmente na região Centro-Oeste, com 23,6 milhões de toneladas.

A soja possui uma função significativa para a economia nacional, seja como geradora de renda interna ou como provedora de divisas externas. Em nível global, respondemos por 50% das exportações e 34% da produção. Na safra 2019/20, poderemos nos tornar o maior produtor e exportador de soja do Planeta.

Existem desafios do ponto de vista logístico. Possuímos um déficit de armazenagem e rotas de escoamento limitadas. A malha ferroviária mostra-se pequena quando comparada às dos nossos concorrentes, como os Estados Unidos. As exportações, concentradas nos portos do Sul do País, crescem nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Não temos uma agricultura subsidiada como os Estados Unidos e a Europa. Esse fato torna o produtor brasileiro mais competitivo, principalmente com ganhos na escala de produção e na produtividade.

Passamos por um momento delicado, com alto déficit fiscal nas contas públicas. Há riscos de cortes no crédito a juros controlados na safra 2019/20. Isso será um empecilho para crescermos. A agricultura depende das linhas de financiamento com taxas de juros adequadas para cobrir o risco do setor.

Conhecida como Lei Kandir, a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, favorece a exportação de *commodities*, mas não o processamento. Isso não estimula o desenvolvimento do parque industrial de esmagamento. A última planta foi lançada em 2007.

Ficamos cada vez mais exportadores de *commodities*, com perda de espaço na exportação de farelo e óleo, ao contrário da Argentina e dos Estados Unidos.

Possuímos alta dependência da China, para onde vão cerca de 80% das nossas exportações. Esse quadro deve continuar. Nenhum outro país possui 1,4 bilhão de habitantes, com taxa de crescimento anual de 6,5% ao ano. Saindo do campo para a cidade, os chineses aumentam o consumo anual de carne *per capita*, atualmente em 55 quilos.

Quando tratamos de carne, principalmente de frango e suína, falamos da conversão do farelo de soja e do milho em proteína animal.

O Brasil conta com um grande espaço no futuro em termos de exportação. Com o mesmo nível de consumo

per capita de carne do Brasil (100 quilos de carne por habitante ao ano), a China demandará mais 530 milhões de toneladas de carne.

Na questão ambiental, o Brasil sofre uma pressão muito forte dos lados externo e interno. Somos um dos poucos países do mundo com capacidade para crescer em área plantada, seja no Cerrado ou em áreas de pastagem degradada. Estimamos crescer entre 70 milhões e 80 milhões de hectares. Dá para dobrar a área cultivada com grãos inteiros, de 60 milhões de hectares.

O desafio da agricultura consiste em ser bem-vista pela sociedade. Estudos recentes feitos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostram o produtor brasileiro como o mais preservador do mundo. Além de termos uma legislação ambiental rigorosa, temos uma área com enorme potencial agrícola.

SOBRE O CESB

O CESB é uma entidade sem fins lucrativos formada por profissionais e pesquisadores de diversas áreas que se uniram para trabalhar estrategicamente e utilizar os conhecimentos adquiridos nas suas respectivas carreiras e vivências em prol da sojicultura brasileira. Ele é qualificado como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei n° 9.790, de 23 de março de 1999, conforme decisão proferida pelo Ministério da Justiça, publicada no Diário Oficial da União em 4 de dezembro de 2009. Atualmente, o CESB é composto por 22 membros e 24 entidades patrocinadoras: Syngenta, BASF, Bayer, Mosaic, SuperBAC, Jacto, Agrichem, Aprosoja, Corteva, Instituto Phytus, Brandt, Compass Minerals, ATTO Adriana Sementes, Stoller, UPL, TIMAC Agro, Brasmax, FMC, Albaugh, DataFarm, Orion, Calcário Itaú, Somar Serviços Agro e Ubyfol. ■

DIVULGAÇÃO CESB



SEGURANÇA NO CAMPO



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O TEMA segurança no campo é um assunto antigo, mas que permanece atual infelizmente, pois nenhuma solução é encontrada para acalentar a aflição de todos os produtores e os trabalhadores que residem na área rural e que correm risco com seus bens, sua segurança pessoal e de suas famílias.

Aparentemente, todos os investimentos realizados pelo setor produtivo a fim de se obterem os mais elevados índices de produtividade – com pesquisas, aquisições de novos e modernos equipamentos, aprimoramento e qualificação da mão de obra – não são levados em consideração pelas autoridades competentes.

A afirmativa justifica-se pelo fato de que os índices de criminalidade no campo têm aumentado gradualmente, e não são somente maquinários, insumos agrícolas e gado os únicos objetos de roubo no campo, posto que boa parte das ocorrências também acontece dentro das residências, local do qual os bandidos levam móveis, eletrodomésticos e eletrônicos.

Um fato importante a se destacar diz respeito à faixa horária em que os crimes acontecem: existe uma predominância de os delitos serem praticados no período noturno, compreendido entre 17h e 6h.

A FAESP e os seus sindicatos rurais têm se mobilizado sobre o tema, promovendo reuniões em diversas regiões do estado e, com o resultado das discussões, coletando sugestões com o propósito de fazer um mapeamento do número e da espécie de infrações, a fim de indicar às autoridades as regiões em que deve haver o incremento de viaturas e efetivos policiais.

Outra iniciativa realizada pela FAESP envolve dar ampla publicidade aos conselhos de segurança municipais e sugerir a criação de conselhos de segurança regionais. A participação dos produtores nos conselhos é fundamental para que sejam informadas as ocorrências no campo, assim como a necessidade de revisão dos atuais métodos de monitoramento das áreas rurais.

Por fim, a FAESP tem buscado, por meio de reuniões com empresas do ramo de tecnologia da informação (TI), novas ferramentas para contribuir com a segurança no campo. Nesse sentido, a utilização de *drones* e aplicativos de localização compartilhada e o levantamento completo da localização de propriedades a fim de facilitar o deslocamento de viaturas para atendimento de ocorrências são, entre outras, as sugestões que estão sendo debatidas e aprofundadas.

Diante do quadro de insegurança que se instalou no campo, os produtores rurais acabam realizando investimentos em sistemas de monitoramento e vigilância, contratando empresas de segurança, desviando, enfim, recursos que deveriam ser aplicados na sua atividade e que contribuiriam para o aumento da produtividade.

No entendimento do setor agropecuário, são inadiáveis a necessidade de enfrentamento e a apresentação de soluções para a insegurança vivenciada no meio rural. Não há mais tempo para prolongadas discussões e retóricas vazias; as ferramentas estão sendo identificadas, e deve haver disposição de todos para as implementarem.

Os produtores precisam ter paz e segurança em suas propriedades rurais para produzir cada vez mais os alimentos de qualidade e acessíveis para o consumo de toda a sociedade brasileira. ■

DEMOCRACIA NO ACESSO AOS ALIMENTOS

FÁBIO KAGI

Gerente adjunto de Inovação e Sustentabilidade da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

SEMPRE QUE eu questiono "por que o homem planta?", a resposta que recebo, na grande maioria das vezes, é que é para ganhar dinheiro. Naturalmente, é uma resposta correta, mas essa não é a origem da agricultura, que nasceu ainda nos tempos do homem das cavernas.

Quando o homem começou a plantar, passou a ter mais próximo de si um dos três itens básicos para a sua sobrevivência: o alimento. Assim, os avanços da agricultura sempre estiveram intimamente ligados à sobrevivência da nossa espécie. Não há como negar que precisamos produzir comida, além de fibras e energia, pois sempre haverá a necessidade de produzir mais do que o consumo global, até porque sempre haverá algum desperdício.

Precisamos de muita comida para alimentar as 7 bilhões de pessoas do mundo atual. E será necessário aumentar em 50% a produção de energia e em 70% a produção de alimentos para atender as demandas futuras de quase 10 bilhões de pessoas. Pensando na evolução da demografia em um sentido mais amplo, os ancestrais humanos habitam o Planeta há mais de 5 milhões de anos, e a população teve um crescimento lento e estável até chegar a 1 bilhão de pessoas, por volta do ano 1800, marcado pelo capitalismo e pelo início da explosão das populações urbanas. Antes da moeda, cada família precisava produzir o seu alimento, porque as relações comerciais eram de escambo. Com o dinheiro, as pessoas podiam estar nas cidades, trabalhando em outras atividades, e comprar seus alimentos. E, assim, diante dos atrativos urbanos, as populações nas cidades não param de crescer frente ao campo, e temos cada vez menos gente produzindo para alimentar mais pessoas.

Com a sua Ciência, o homem, certamente, será capaz de aumentar a produção de alimentos. Mas, se já sobra comida, por que há fome no mundo? Porque o problema está no acesso aos alimentos. O problema nunca foi a falta de comida, e sim a falta de dinheiro – ou alguém duvida que a comida chegaria aos povos hoje famintos se eles tivessem o capital necessário para comprá-la?

Se a demanda pelos alimentos é uma crescente constante, são os ciclos de oferta que determinam os preços. Em qualquer quebra global da produção, os preços sobem. Certamente, quem tem renda consegue comprar os alimentos necessários. Mas e quem não tem? Os aumentos de preço dos alimentos criam uma desigualdade social cada vez maior. Em face do aumento da população e das justas pressões pelo não desmatamento, há outra solução que não seja aumentar a produtividade das áreas com o uso de insumos?

Deixo, aqui, uma reflexão: será mesmo que a produção de alimentos social e ambientalmente justa é aquela que preconiza a volta ao passado nas técnicas de cultivo? Aquela que vende os seus produtos pelo dobro do preço porque produz menos e precisa de mais mão de obra? Será que a sociedade quer voltar aos patamares de preço do século XIV, em que, por exemplo, o açúcar era tão raro e dispendioso que era conhecido como "ouro branco", chegando o seu quilo a custar US$ 100?

Uma vez, li uma frase cuja autoria desconheço: "Quem tem o prato cheio de comida pode ter vários problemas, mas aquele com o prato vazio tem um só". ■



DIÁRIO DE BORDO

UMA REDE NACIONAL DE PESQUISA PARA O CAMPO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) e embaixador especial da FAO para as Cooperativas

EMBORA NÃO represente um grande acontecimento político, o noticiário sobre a mudança na direção da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ganhou destaque recentemente, seja pela grandeza da instituição, pelo que se espera do agronegócio brasileiro no futuro de médio e longo prazos ou pelas mudanças substanciais ocorridas no setor rural desde a constituição da empresa, há 46 anos.

Quanto ao que se espera, nunca é demais lembrar que estudos recentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) mostram que, em dez anos, só haverá segurança alimentar para todos os terráqueos se a oferta global de alimentos crescer 20%. E, para isso, o Brasil precisa crescer 40%, o dobro!

No que tange às mudanças no agro brasileiro, chama a atenção a crescente exigência de consumidores de todo o mundo quanto à sustentabilidade dos sistemas de produção, com ênfase para a redução do desmatamento (sobretudo da Amazônia), para um maior controle do uso de agroquímicos e para uma tendência de menor crescimento do consumo de proteína animal. Isso sem falar no cenário impressionante de inovações que vêm chegando ao agro do mundo todo: IoT, conectividade, TI, *drones*, robôs, máquinas não tripuladas, novas moléculas de defensivos agrícolas, bioeconomia, nanotecnologia, biotecnologia, bioenergia, novas vacinas e rações animais, os já superutilizados iLPF e agricultura de precisão, as *start-ups* que se multiplicam em propostas de gestão rural, para ficar apenas na superfície do tsunâmi tecnológico que se avizinha.

Tudo isso exige visão de Estado – e de estadista – quanto à atenção a ser dada à pesquisa. Existe uma oportunidade histórica para o Brasil se tornar o campeão mundial da segurança alimentar, mas isso não está dado e só acontecerá se os poderes constituídos e a sociedade derem o adequado valor às Ciências Agrárias, ampliando o apoio às instituições de pesquisa, inovação e transferência de tecnologia, o que, infelizmente, não tem acontecido nos últimos anos. Ao contrário, o que se observa é um certo descaso quanto a muitas organizações científicas do País, como o Instituto Agronômico (IAC), instituição de pesquisa mais do que centenária que gerou variedades de café, laranja, algodão, milho, amendoim, cana-de-açúcar e tantas outras cultivadas, que, por décadas, dominaram o cenário do agro nacional, antes do advento da soja.

O próprio Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), criado quase simultaneamente à Embrapa com o objetivo de coordenar as inovações para evitar gastos duplicados e integrar os resultados, está esgotado. Portanto, o que realmente importa, agora, não é apenas mudar a direção da Embrapa: é levar para o seu comando gente capaz de renovar esse modelo, com o olhar nas profundas mudanças vividas pelo setor, e constituir uma verdadeira Rede Nacional de Pesquisas Agrárias, sob a coordenação efetiva da Embrapa, mas reunindo, também, as instituições estaduais de pesquisa, universidades públicas e privadas e, até mesmo, empresas que se empenham na geração de ciência para o agronegócio.

Ainda somos os grandes líderes da agropecuária tropical, mas corremos o risco de perder esse galardão e, com ele, a chance de sermos os campeões mundiais da paz, visto que, só com segurança alimentar para todo mundo, será possível obter a paz universal. ■

Estudos da OCDE e do USDA mostram que, em dez anos, só haverá segurança alimentar se a oferta global de alimentos crescer 20%. Essa pode ser uma oportunidade histórica para o Brasil.

PRODUZIR

A RELAÇÃO MEIO AMBIENTE-SUSTENTABILIDADE

MARCELA PITOMBO

Membro dos Comitês Tributário e de Sustentabilidade da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e advogada do escritório Ângelo Pitombo Advogados Associados, atuando como especialista em Direito Tributário e Agronegócio



A POSIÇÃO do Brasil como potência agrícola mundial tem tornado o País alvo de celeumas ambientais e sustentáveis, e alguns países, temerosos com os efeitos da competitividade no mercado externo, acabam criando diversas barreiras não tarifárias. Contudo, os debates têm se distanciado do objetivo, que é defender e preservar o meio ambiente conforme prevê a Carta Magna de 1988, em associação ao uso sustentável, justo e economicamente viável, segundo o arrematado pela Lei nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Para tanto, é fundamental compreender os projetos e as políticas públicas apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que, em pouco tempo de gestão, já incluiu muitos programas e diretrizes voltados para a recuperação, a conservação e a sustentabilidade ambientais.

Entre os projetos, destacam-se os programas Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e Bolsa Verde, que concedem incentivos financeiros para famílias promoverem ações de conservação de reservas extrativistas, florestas nacionais e assentamentos. O projeto "Juntos pelo Araguaia", recentemente lançado, visa recuperar áreas degradadas por meio de recomposição florestal e conservação do solo e da água, com a meta de recuperar 10 mil hectares de áreas degradadas em 27 municípios.

Vale destacar, ainda, algumas das principais conquistas da atual gestão, como: a ratificação do Acordo Climático de Paris, que pretende reduzir os gases do efeito estufa; o Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs (PBH), que mitigou em 37,5% os danos à camada de ozônio; e a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), para subsidiar os entes federativos na gestão ambiental adequada dos resíduos sólidos urbanos.

Não obstante os feitos até aqui obtidos, ainda existem temas sensíveis, como o desmatamento ilegal na Amazônia, atualmente com 5 milhões de quilômetros quadrados de área territorial, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Tem sido efetivo o combate ao desmatamento ilegal, coibido eficientemente por sistemas inteligentes de atualização anual e monitoramento, como o Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) e o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER).

Nesse cenário, é imprescindível assumir o protagonismo e o controle da nossa floresta para desenvolver novas estratégias de proteção e diminuição do aludido percentual de área desmatada, conciliando a preservação com o aproveitamento adequado da região.

Outro ponto em evidência é o suposto antagonismo na relação entre agronegócio e meio ambiente, que, *a contrario sensu*, caminha harmonicamente e converge para as premissas de produção sustentável e consciente. Prova disso é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pelo Código Florestal. Ademais, as políticas e os vetores das pastas de Meio Ambiente e Agricultura não devem ser aplicados como a teoria "*all or nothing fashion*" de Dworkin, mas coexistir para que sejam realizados, dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes, dialogando na ponderada linha axiológica de Alexy, "*the dimension of weight or importance*".

Portanto, ainda há muito trabalho a ser desenvolvido em prol de um meio ambiente sustentável, mas é preciso confiar nas diretrizes e nas estratégias técnicas estabelecidas, para enfrentar com razoabilidade e segurança os obstáculos externos em benefício do bem comum. ■

"...é fundamental compreender os projetos e as políticas públicas apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que, em pouco tempo de gestão, já incluiu muitos programas e diretrizes voltados para a recuperação, a conservação e a sustentabilidade ambientais."



OPINIÃO

MISSÃO CHINA: UM AVANÇO PARA O AGRONEGÓCIO PAULISTA

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

A MISSÃO China, em agosto passado, foi um grande marco para o estado de São Paulo e um avanço para o agronegócio paulista, além de ser a maior delegação empresarial brasileira que já foi à China. Com uma agenda que contou com rodadas de negócios, visitas setoriais e a inauguração do escritório do governo do estado de São Paulo, a viagem pode ser dividida em três esferas: institucional, estratégica e operacional.

O primeiro nível é de relações institucionais: a agenda cumprida pelo governador João Doria juntamente a autoridades governamentais chinesas, legitimando todos os demais níveis. Na sequência, todos os secretários de Estado presentes na delegação desenvolveram um papel estratégico relevante buscando entender a dinâmica de desenvolvimento da economia chinesa e encontrar as oportunidades de negócios entre Brasil e China. Já na esfera operacional, a Investe SP e as empresas brasileiras buscaram a celebração efetiva de negócios, acordos, contratos e parcerias. Somados, extraímos o foco da viagem: reaquecer a economia paulista, buscando novos investimentos e acesso a novos mercados.

Estivemos com diversas empresas e associações chinesas, discutindo a expansão das exportações de proteína animal, conhecendo as particularidades do processamento de produtos agrícolas na China e apresentando o agronegócio paulista por meio da demonstração de que é possível criar um dos ecossistemas agro mais sustentável do mundo, que alavanque a economia, gere empregos e renda e preserve o meio ambiente.

Uma das principais pautas discutidas foi a abertura do mercado chinês para o etanol brasileiro. Temos um cenário muito otimista. Com a mudança da legislação chinesa, 10% do etanol será adicionado na gasolina em uma frota de 240 milhões de veículos, com potencial de crescimento para 500 milhões. Isso representa 15 bilhões de litros, ou seja, metade do consumo brasileiro.

A abertura de um mercado como esse exigirá o crescimento acelerado do setor, com mais investimentos em tecnologia, infraestrutura e logística; tecnologia com foco na flexibilidade da produção, no aumento da produtividade, na sustentabilidade e, acima de tudo, na gestão. O próximo salto do agronegócio dependerá, majoritariamente, do investimento em tecnologia de gestão. É a partir desta, inclusive, que consolidaremos o agro de São Paulo como um dos mais sustentáveis do mundo. A sustentabilidade econômica, social e ambiental é resultado de uma boa gestão.

No nosso governo liberal, que valoriza e incentiva o setor privado, a Missão China e a abertura do escritório de São Paulo em Xangai constroem uma ponte entre Brasil e China e abrem as porteiras do agronegócio brasileiro para a Ásia. É mais uma iniciativa que corrobora o protagonismo e a proatividade de São Paulo para reaquecer a economia brasileira. Cabe, agora, ao setor privado estar preparado com solidez para abrir as porteiras e atravessar a ponte. ■

"Uma das principais pautas discutidas foi a abertura do mercado chinês para o etanol brasileiro."

REFLEXÃO

O AGRO REQUER COMUNICAÇÃO UNIFICADA

MARCELLO BRITO

Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



TODA DISCUSSÃO a respeito dos principais temas relacionados com o agronegócio passa, hoje, por um processo em que a percepção se sobrepõe à realidade. Prova disso é o debate sobre o registro de defensivos agrícolas pelos órgãos competentes. Quem é do ramo ou da comunidade científica entende que se trata de um processo de atualização das moléculas e que isso significa modernizar a oferta de insumos à disposição dos produtores rurais brasileiros. Além disso, trata-se de um instrumento vital para o País seguir competitivo no cenário internacional, pois representa menos riscos de contaminação, uma vez que envolve produtos com tecnologias mais modernas.

No entanto, quando se vê o noticiário sobre a agilização das análises para reduzir a fila de produtos à espera de aprovação, ele não reflete essa realidade. E, então, se tem uma percepção absolutamente negativa, como se toda a cadeia produtiva do agronegócio estivesse, deliberadamente, disposta a colocar em risco a saúde dos consumidores. Sem nenhuma dúvida, tem-se, aqui, um domínio da percepção diferente da realidade, num esquema que pode ser denominado de desinformação bombardeada diariamente, como bem lembrou a ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina, na sua fala no nosso Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), promovido no início de agosto último.

O mesmo ocorre em relação a outros temas importantes na pauta do agro, como a questão do desmatamento. Nela, o posicionamento do setor precisa ser inequívoco: devemos ser os primeiros a denunciar e deixar claro que é inadmissível o desmatamento ilegal. Não há negociação: temos de combater a criminalidade, e desmatamento ilegal é crime. O que acontece, na prática, é que nem sempre as informações divulgadas pelos diferentes agentes do agro refletem essa posição de forma veemente. Com isso, acaba prevalecendo uma percepção negativa, de que o produtor rural é conivente com essa prática delituosa.

Nesse aspecto, a análise predominante no nosso CBA foi a de que todos os elos do agro necessitam afinar sua comunicação, não deixando margem para interpretações errôneas ou capciosas a respeito de temas nevrálgicos. É inadmissível que o agronegócio seja bombardeado diariamente, aqui e no exterior, em decorrência da desinformação. Precisamos de discursos centrados, mais pautados em Ciência e dados concretos e menos em engajamento ideológico.

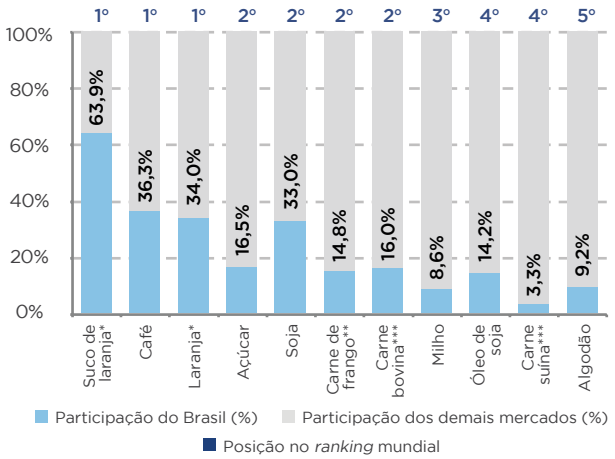
A unificação do nosso discurso serve, também, para, mais uma vez, comprovar que a estrutura produtiva brasileira é absolutamente sustentável nos seus aspectos social, econômico e ambiental. Acreditamos que a sustentabilidade é totalmente favorável ao Brasil e à sua agricultura. Ela insere um novo padrão mundial e dissolve a dicotomia de que ou há conservação, ou há produção. Hoje, o Brasil prova ao mundo que é possível ter produção e conservação, com rentabilidade para o negócio.

Tanto na agricultura, quanto na pecuária, o País tem, hoje, uma infinidade de exemplos de atividade sustentável, que concilia negócio com preservação. No nosso caso, além das práticas preservacionistas empregadas por agricultores e pecuaristas, temos, ainda, o crescente uso do sistema produtivo que concilia agricultura, pecuária e produção de madeira, a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), modelo de manejo este que já atinge cerca de 11 milhões de hectares e que se mostra como uma nova quebra de paradigma produtivo do País. ■

Os produtores e demais participantes do setor devem ser os primeiros a denunciar e deixar claro que o desmatamento ilegal é inadmissível.

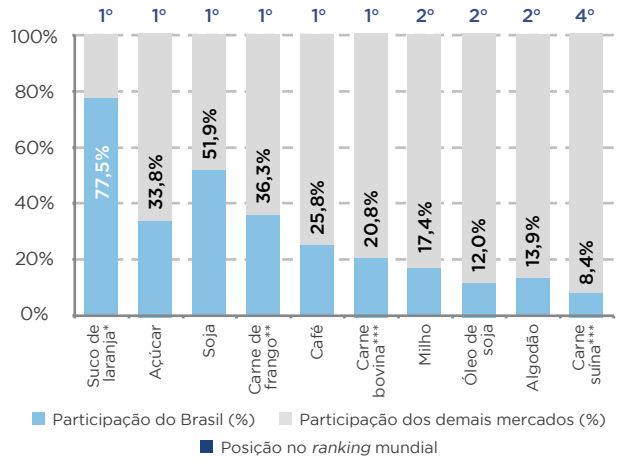
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



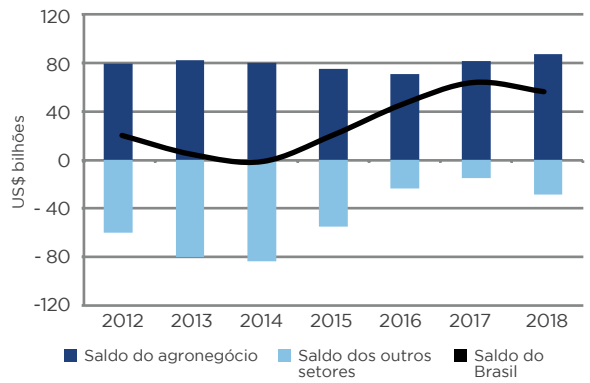
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



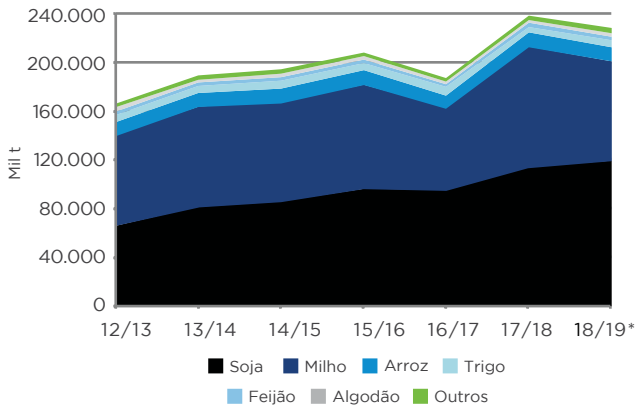
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



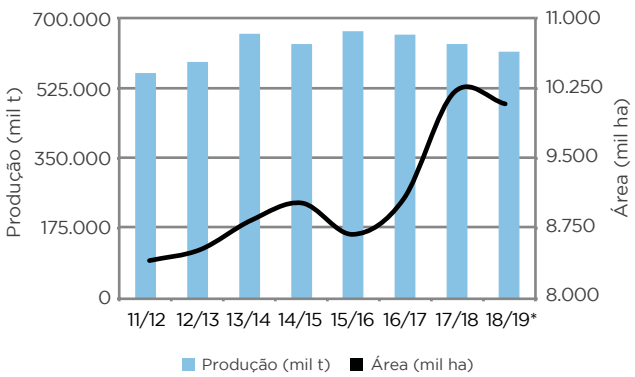
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS POR PRODUTO



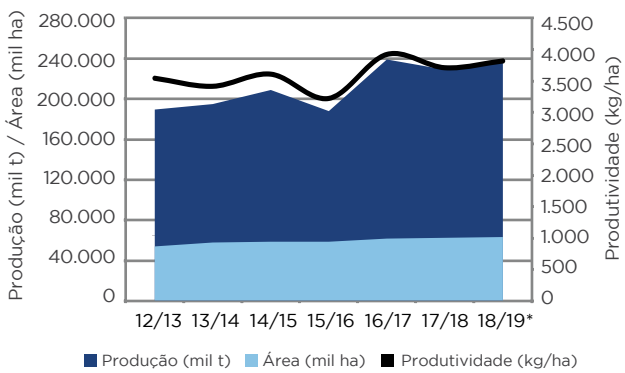
*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



*Previsão em fevereiro de 2019
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

VEM AÍ

A 2ª EDIÇÃO DO PRÊMIO





MULHERES DO AGRO



*ganhadoras da
1° edição do prêmio

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

www.premiomulheresdoagro.com.br

IDEALIZADORA E
PATROCINADORA EXCLUSIVE

BAYER

PATROCINADORA PRIME

Elanco

ORGANIZADORA

abag

APOIO

TRANSAMERICA
EXPO CENTER

FGV PROJETOS

A FGV PROJETOS, UNIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, EM PARCERIA COM O CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FGV (GV AGRO), DESENVOLVE PROJETOS EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM 15 PAÍSES NO EXTERIOR.

- ESTUDOS E PESQUISAS
- ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO
- GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS
- ANÁLISE DE MERCADO E DE CADEIAS PRODUTIVAS
- ADEQUAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO CÓDIGO FLORESTAL

NOSSAS SOLUÇÕES SÃO PLANEJADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESPECÍFICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Projetos desenvolvidos para:

BID, VALE, Fibria, UNICA, ABC Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, Governo Federal, Brasil

CONTATO:
(21) 3799-6039
DEMANDAS.FGVPROJETOS@FGV.BR
WWW.FGVPROJETOS.FGV.BR

FGV THINK AGRO
Think Tank do Agronegócio Brasileiro